

Prefácio

É um prazer escrever este prefácio para a obra clássica de Karl Polanyi que descreve a grande transformação da civilização europeia do mundo pré-industrial para a era da industrialização, assim como as mudanças nas ideias, ideologias e políticas sociais e econômicas que a acompanharam. Dado que a transformação da civilização europeia é análoga à transformação que os países em vias de desenvolvimento enfrentam hoje em todo o mundo, com frequência parece como se Polanyi estivesse a falar diretamente dos problemas atuais. Os seus argumentos — e as suas preocupações — estão em consonância com as questões aventadas pelos amotinados e manifestantes que tomaram as ruas em Seattle e Praga, em 1999 e em 2000, para se opor às instituições financeiras internacionais. Na sua introdução à primeira edição do livro, de 1944, redigida quando o FMI, o Banco Mundial e as Nações Unidas só existiam no papel, R. M. MacIver dava provas de uma clarividência similar, ao observar: «De fundamental importância é hoje a lição que oferece aos responsáveis da futura organização internacional». Quanto melhores podiam ter sido as políticas que prescreveram se tivessem lido e tido em conta seriamente as lições deste livro!

É difícil, e provavelmente equivocado, tentar sequer resumir uma obra de tal complexidade e sutileza em poucas linhas. Embora certos aspetos da linguagem e da economia num livro escrito há meio século possam tornar a sua leitura menos acessível na atualidade, as questões e perspectivas suscitadas por Polanyi não perderam a sua pertinência. Entre as suas teses centrais estão ideias como as de que os mercados autorregulados nunca funcionam; que as suas deficiências, não só no seu funcionamento interno, mas também nas suas consequências (por exemplo, para os pobres), são de tal ordem que a intervenção do governo se torna necessária; e que o ritmo das transformações é de fundamental importância para determinar estas consequências. A análise de Polanyi deixa claro que as populares doutrinas da *tric-*

kle-down economics [economia do gotejamento] –segundo as quais todos, incluindo os pobres, beneficiam do enriquecimento de uns poucos – têm pouco fundamento histórico. Também esclarece a interação entre ideologias e interesses particulares: a forma como a ideologia do mercado livre estava ao serviço dos novos interesses industriais, e como estes utilizavam seletivamente essa ideologia, apelando à intervenção do governo quando a necessitavam para velar pelos seus interesses.

Polanyi escreveu *A Grande Transformação* antes que os economistas contemporâneos explicassem as limitações dos mercados autorregulados. Atualmente, carece de apoio intelectual respeitável a tese de que os mercados, por si mesmos, conduzem a resultados eficientes, e muito menos equitativos. Quando a informação é imperfeita ou os mercados incompletos –ou seja, essencialmente sempre – há intervenções que, *em princípio*, poderiam tornar mais eficiente a afetação dos recursos. Em termos gerais, temos evoluído para uma posição mais equilibrada, que reconhece tanto o poder como as limitações dos mercados, e a necessidade de que o governo desempenhe um papel importante na economia, ainda que os limites desse papel continuem a ser objeto de controvérsia. Existe um consenso generalizado acerca da importância, por exemplo, da regulação dos mercados financeiros pelos governos, mas não acerca da melhor maneira de aplicá-la.

Hai também abundantes evidências na era moderna que apoiam a experiência histórica de que o crescimento pode conduzir a um aumento da pobreza. Mas sabemos igualmente que o crescimento pode arrastar consigo grandes benefícios para a maioria dos segmentos da sociedade, como é o caso de alguns dos países industriais avançados mais ilustrados.

Polanyi salienta as interrelações das doutrinas dos mercados laborais livres, do livre comércio e do mecanismo monetário de autorregulação do padrão-ouro. A sua obra foi, portanto, precursora do enfoque sistémico que prevalece hoje em dia (por sua vez antecipado pelos trabalhos dos economistas das teorias

do equilíbrio geral na viragem do século). Hai ainda alguns economistas que som partidários das doutrinas do padrom-ouro e que consideram que os problemas da economia moderna surgírom do abandono daquel sistema, mas isto apresenta para os defensores do mecanismo de autorregulaçom do mercado um desafio ainda maior. As taxas de câmbio flexíveis estám na ordem do dia, e poderia-se argumentar que isto reforça a posiçom dos que acreditam na autorregulaçom. Depois de todo, por que os mercados de divisas teriam de ser governados por princípios que diferem dos que determinam qualquer outro mercado? Mas é tamém aqui onde se revela a vulnerabilidade das doutrinas dos mercados autorregulados (ou, polo menos, a daqueles que nom prestam atençom às conseqüências *sociais* das doutrinas). Porque existe ampla evidência de que tais mercados (como muitos outros mercados de valores) mostram umha volatilidade excessiva, ou seja, umha volatilidade maior da que se pode explicar polos fundamentos subjacentes. Tamém hai ampla evidência de que as variaçons aparentemente excessivas dos preços e, de maneira mais geral, das expetativas dos investidores, podem ter um efeito devastador numha economia. A crise financeira global mais recente recordou à geraçom atual as liçons que os seus avós aprenderam na Grande Depressom: umha economia autorregulada nom sempre funciona tam bem como os seus defensores gostariam de fazer-nos acreditar. Nem sequer o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (com administraçom republicana ou democrata) ou o FMI, esses bastions institucionais da crença no sistema do livre mercado, pensam que os governos nom devam intervir nas taxas de câmbio, embora nunca tenham apresentado umha explicaçom coerente e convincente de porque este mercado deve ser tratado de modo diferente dos outros mercados.

Nos debates ideológicos do século XIX antecipárom-se as inconsistências do FMI. Esta é umha organizaçom *pública* que, embora professe a crença no sistema do mercado livre, intervém regularmente nos mercados de divisas, fornecendo fundos para

salvar os credores estrangeiros ao mesmo tempo que pressiona para que se imponham taxas de juro usurárias que levam as empresas nacionais à falência. Os mercados livres do trabalho ou dos bens nunca existírom. A ironia é que atualmente som poucos os que ainda defendem a liberdade de circulação da mão de obra, e os países industriais avançados, ao mesmo tempo que dam sermons aos menos desenvolvidos acerca dos vícios do protecionismo e dos subsídios governamentais, tenhem sido mais exigentes quanto à abertura dos mercados dos países em desenvolvimento que à dos próprios aos bens e serviços desses países que contavam com vantagens comparativas.

Hoje, no entanto, as linhas de combate estão traçadas por um lugar mui diferente daquele por onde passavam quando Polanyi escrevia. Como já observei, só alguns ultraconservadores som partidários de umha economia autorregulada, num extremo, ou de umha economia dirigida polos governos, no outro. Todos som conscientes do poder dos mercados e todos reverenciam as suas limitações; mas, dito isto, existem diferenças importantes entre as opiniões dos economistas. De algumas pode-se prescindir sem dificuldade: ideologia e interesses particulares disfarçados de ciência económica e racionalidade política. O recente impulso à liberalização dos mercados financeiros e de capitais nos países em desenvolvimento (encabeçada polo FMI e polo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos) é um exemplo disso. Umha vez mais, houve pouco desacordo em que muitos países tinham regulações que nom fortaleciam o seu sistema financeiro nem promoviam o crescimento económico, e era evidente que deviam ser eliminadas. Mas os «liberais de mercado» fôrom mais longe, com conseqüências desastrosas para os países que seguírom os seus conselhos, como se demonstrou na recente crise financeira global. No entanto, mesmo antes destes episódios mais recentes, existiam abundantes provas de que tal liberalização poderia comportar riscos enormes para os países, e que esses riscos os suportariam de forma desproporcionada os pobres, enquanto as evidências de que tal liberalização promove-

ria o crescimento eram, no melhor dos casos, insuficientes. Existem, porém, outras questões em que as conclusões distam muito de estar claras. O comércio livre internacional permite que um país beneficie das suas vantagens comparativas aumentando as suas rendas em média, embora alguns indivíduos possam perder os seus postos de trabalho. Mas nos países em desenvolvimento, com elevados níveis de desemprego, a destruição de postos de trabalho resultante da liberalização do comércio pode ser mais evidente que a criação de emprego, e este é, em particular, o caso dos pacotes de «reformas» do FMI, que combinam a liberalização das trocas com taxas de juro mui elevadas, fazendo virtualmente impossível a criação de emprego e de empresas. Ninguém deveria ter esperado que a transferência de trabalhadores com empregos de baixa produtividade para o desemprego reduziria a pobreza ou aumentaria a renda nacional. Os crentes nas virtudes dos mercados autorregulados acreditavam implicitamente numa espécie de lei de Say, em que a oferta de mão de obra criaria a sua própria procura. Para os capitalistas que prosperam graças aos salários baixos, é possível que um nível elevado de desemprego mesmo signifique alguma vantagem, na medida em que exerce uma pressão negativa sobre as reivindicações salariais dos trabalhadores. Não obstante, para os economistas, os trabalhadores desempregados demonstram o mau funcionamento da economia, e podemos observar evidências esmagadoras desta e outras disfunções em demasiados países. Alguns partidários da economia autorregulada atribuem parte da culpa das disfunções registadas aos próprios governos; mas, seja certo ou não, a questão é que o mito da economia autorregulada está hoje *virtualmente* morto.

Sem embargo, Polanyi salienta um defeito particular da economia autorregulada que só recentemente voltou a ser objeto de discussão. Trata-se da relação entre a economia e a sociedade, do modo como os sistemas económicos, ou as reformas, podem afetar a maneira em que os indivíduos se relacionam entre si. Novamente, à medida que se foi reconhecendo cada vez mais a

importância das relações sociais, o vocabulário mudou. Agora, por exemplo, falamos de capital social. Reconhecemos que os períodos prolongados de desemprego, a persistência de níveis elevados de desigualdade e a pobreza e miséria generalizadas em grande parte da América Latina tiveram um efeito desastroso sobre a coesão social, e foram uma força que contribuiu para os altos e crescentes níveis de violência na região. Reconhecemos que a forma e a rapidez das reformas aplicadas em Rússia erosionaram as relações sociais, destruíram o capital social e levaram à criação, e talvez supremacia, da Máfia russa. Reconhecemos que a eliminação por parte do FMI dos subsídios para a alimentação em Indonésia, no preciso momento em que os salários desciam vertiginosamente e as taxas de desemprego aumentavam, levou a um caos político e social previsível (e previsto), possibilidade que deveria ter sido particularmente evidente, tendo em conta a história do país. Em cada um destes casos, as políticas econômicas adotadas não só contribuíram para a ruptura de relações sociais duradouras (ainda que, em certos casos, frágeis), a própria ruptura das relações sociais teve efeitos econômicos muito adversos. Os investidores mostravam-se receosos em colocar o seu dinheiro em países onde as tensões sociais pareciam tão graves, e muitos retiraram deles os seus capitais, desencadeando desse modo uma dinâmica negativa.

A maior parte das sociedades desenvolveu formas de atender os seus pobres e os seus desfavorecidos. A era industrial tornou cada vez mais difícil para os indivíduos assumirem plena responsabilidade por si mesmos. Sem dúvida, um agricultor pode perder a sua colheita, e numa agricultura de subsistência é difícil reservar algum dinheiro para os dias difíceis (ou, mais concretamente, para uma seca); mas nunca lhe falta trabalho remunerado. Na moderna era industrial, os indivíduos são golpeados por forças que escapam ao seu controle. Quando o desemprego é alto, como o foi nos tempos da Grande Depressão, ou como o é hoje em muitos dos países em vias de desenvolvimento, pouco podem fazer os indivíduos. Podem, ou não, dar ouvidos às con-

ferências dos liberais de mercado sobre a importância da flexibilidade salarial (palavras-chave que significam a necessidade de aceitarem o despedimento sem indemnização, ou de admitirem de bom grado a diminuição dos salários); mas por si mesmos pouco podem fazer para promover tais reformas, ainda que elas tivessem os desejados e prometidos efeitos do pleno emprego. É simplesmente que nom se verifica que os indivíduos, por oferecer-se a trabalhar por um salário mais baixo, podam conseguir emprego imediatamente. As teorias da eficiência salarial, as do conflito de interesses entre *insiders* e *outsiders*¹ e umha série de outras teorias fornecêrom explicações convincentes de por que os mercados do trabalho nom funcionam do modo que sugerem os defensores dos mercados autorregulados. Mas, qualquer que seja a explicação, a verdade é que o desemprego nom é um fantasma e que as sociedades contemporâneas precisam de meios para enfrentá-lo, algo que a economia do mercado autorregulado nom fixo, polo menos de forma socialmente aceitável. (Hai explicações mesmo para isso, mas afastaria-me demasiado dos temas principais.) A transformação rápida destrói os antigos mecanismos de defesa, as antigas redes de segurança, e cria ao mesmo tempo um novo conjunto de exigências, *antes de desenvolver novos mecanismos de defesa*. Esta lição do século XIX tem sido infelizmente esquecida com demasiada frequência polos defensores do Consenso de Washington, essa versão atualizada da ortodoxia liberal.

O fracasso destes mecanismos de defesa contribuiu, por sua vez, para a erosão do que antes denominei capital social. A última década presenciou dous exemplos dramáticos. Já me referim ao desastre indonésio, parte da crise do Leste Asiático. Durante essa crise, o FMI, o Departamento do Tesouro dos Estados Uni-

1 N. do T.: Teoria da economia do trabalho desenvolvida por Assar Lindbeck e Dennis Snower que explica como influi no comportamento das empresas, na riqueza nacional e na negociação salarial o privilegiado grupo dos empregados (*insiders*), mais interessados em maximizar os seus salários que em aumentar o emprego que permitiria dar trabalho aos desempregados (*outsiders*).

dos e outros defensores das doutrinas neoliberais opugérom-se ao que poderia ter sido umha parte importante da soluçom: a suspensom do pagamento da dívida. Os empréstimos eram, na sua maior parte, empréstimos do setor privado a prestatários particulares; existe umha forma estabelecida de afrontar as situaçoms em que os devedores nom podem pagar a dívida: a falência. A falência é umha parte central do capitalismo moderno. Mas o FMI opujo-se, alegando que a falência seria umha violaçom do caráter sagrado dos contratos. Nom tivo, sem embargo, nengum escrúpulo em que se violasse um contrato ainda mais importante, o contrato social. Preferiu fornecer fundos aos governos para salvar os credores estrangeiros, que nom observaram a devida diligência na concessom dos empréstimos. Ao mesmo tempo, o FMI promoveu políticas com altos custos para os espetadores inocentes, os trabalhadores e pequenos comerciantes, que desde o início nom tiveram papel algum no advento da crise.

Os fracassos fôm ainda mais dramáticos no caso de Rússia. O país, que já fora vítima de um experimento –o comunismo– foi objeto de um novo: o de aplicar a ideia de umha economia de mercado autorregulada, antes de o governo ter a oportunidade de implantar a necessária infraestrutura jurídica e institucional. Do mesmo modo que os bolcheviques impugeram umha rápida transformaçom da sociedade setenta anos atrás, os neoliberais forçavam agora outra transformaçom rápida, com resultados desastrosos. Prometera-se à populaçom do país que, umha vez se libertassem as forças do mercado, a economia conheceria um *boom*: o ineficiente sistema da planificaçom central, que distorcia a afetaçom dos recursos com a sua ausência de incentivos, característica da propriedade social, seria substituído pola descentralizaçom, a liberalizaçom e a privatizaçom.

Mas nom houve *boom*. A economia contraiu-se quase o cinquenta por cento, e a proporçom dos que viviam na pobreza (com nom mais de quatro dólares por dia) aumentou de 2 para perto de 50 por cento. Enquanto a privatizaçom convertia em multimilionários uns quantos oligarcas, o governo nem sequer

tinha dinheiro para pagar as míseras pensões que devia; todo isto num país rico em recursos naturais. Supunha-se que a liberalização do mercado de capitais faria saber ao mundo que este era um lugar atrativo para investir; mas era umha porta só de saída. O capital fugiu em massa, o que nada tinha de surpreendente. Devido à ilegitimidade do processo de privatização, este nom se sustentava em nengum consenso social. Os que deixárom o seu dinheiro em Rússia tinham toda a razão em temer perdê-lo assi que se instalasse um novo governo. Mesmo deixando de lado estes problemas políticos, é obvio que um investidor racional colocaria o seu dinheiro no florescente mercado de valores dos Estados Unidos e nom num país sumido numha verdadeira depressom. As doutrinas da liberalização do mercado de capitais constituíam um convite aberto a que os oligarcas retirassem do país as suas fortunas adquiridas ilegitimamente. Agora, ainda que demasiado tarde, começam a compreender-se as conseqüências destas políticas erradas; mas será pouco menos que impossível atrair de novo para o país o capital que fugiu, exceto dando garantias de que se poda conservar, sem importar a forma como se adquiriu; fazer isto implicaria, de facto necessitaria, a perpetuação da própria oligarquia.

A ciência e a história económicas chegarom a reconhecer a validade dos principais argumentos de Polanyi. Mas a política pública –em particular, como se reflete nas doutrinas do Consenso de Washington sobre o modo como o mundo em vias de desenvolvimento e as economias em transição devem realizar as *suas* grandes transformações – parece, com demasiada freqüência, nom tê-lo feito. Como já observei, Polanyi expom o *mito* do mercado livre: na realidade, nunca existiu um sistema verdadeiramente livre de mercado autorregulado. Nas *suas* transformações, os governos dos atuais países industrializados desempenhárom um papel ativo, nom só protegendo as suas indústrias por meio de direitos alfandegários, mas também promovendo as novas tecnologias. Nos Estados Unidos, a primeira linha de telégrafo foi financiada polo governo federal em 1842, e o grande aumento da

produtividade agrícola, que forneceu a base da industrialização, apoiou-se nos serviços governamentais de investigação, ensino e extensom. Europa Ocidental manteve restrições aos capitais até mui recentemente. Ainda hoje, o protecionismo e as intervenções do governo gozam de boa saúde: o governo dos Estados Unidos ameaça Europa com sanções comerciais a menos que abra os seus mercados às bananas das corporações estadunidenses no Caribe. Embora, por vezes, estas intervenções se justificam como necessárias para compensar as realizadas por outros governos, som muitos os exemplos de protecionismo e subsídios verdadeiramente descarados, como os da agricultura. Quando era presidente do *Council of Economic Advisers*, tive m ocasiom de ver um caso atrás do outro: dos tomates e abacates mexicanos à película fotográfica japonesa, aos abrigos ucranianos para senhora ou ao urânio russo. Durante muito tempo, Hong Kong foi considerado o bastiom do mercado livre, mas quando Hong Kong viu os especuladores de Nova Iorque tentarem arruinar a sua economia através de ações especulativas empreendidas simultaneamente nos mercados de valores e de divisas, interviu massivamente em ambos. O governo americano protestou clamorosamente, afirmando que isto era umha derrogação dos princípios da liberdade dos mercados. Sem embargo, a intervenção de Hong Kong valeu a pena: conseguiu estabilizar ambos os mercados, evitando futuras ameaças à sua moeda e fazendo grandes quantidades de dinheiro nos negócios que se iniciárom.

Os defensores do consenso neoliberal de Washington insistem em que as intervenções governamentais som a origem do problema: a chave da transformação é «ajustar os preços adequadamente» e afastar os governos da economia através da privatização e da liberalização. Nesta perspetiva, o desenvolvimento é pouco mais que a acumulação de capital e melhoras na eficiência da afetação dos recursos; questons puramente técnicas. Esta ideologia nom compreende a natureza da própria transformação, umha transformação da sociedade e nom só da economia; umha transformação da economia muito mais pro-

funda que a que sugerem as suas simples receitas. A sua perspectiva, como Polanyi argumenta competentemente, representa umha interpretação errada da história.

Se Polanyi escrevesse hoje, disporia de provas adicionais para corroborar as suas conclusões. Por exemplo, no Leste Asiático, a região do mundo com o desenvolvimento mais exitoso, os governos assumiram sem rodeios um papel central e reconheceram explícita e implicitamente o valor de salvaguardar a coesão social; e não só protegeram o capital social e humano, também o aumentaram. Por toda a região registou-se não só um rápido crescimento económico, mas também umha notável redução da pobreza. Se o fracasso do comunismo ofereceu a prova dramática da superioridade do sistema de mercado sobre o socialismo, o sucesso do Leste Asiático foi igualmente a evidência dramática da superioridade de umha economia em que o governo assume um papel ativo sobre o sistema do mercado autorregulado. Foi precisamente por esta razão que os ideólogos do mercado se mostravam quase exultantes durante a crise do Leste Asiático que, na sua opinião, revelaria as debilidades fundamentais do modelo do governo ativo. Embora, certamente, as suas conferências incluíssem referências à necessidade de melhores sistemas de regulação financeira, aproveitaram a oportunidade para reclamar umha maior flexibilidade do mercado: palavras-chave que significavam a eliminação do tipo de contratos sociais que proporcionavam alguma segurança económica, que reforçavam a estabilidade social e política; estabilidade que foi a condição *sine qua non* do milagre do Leste-Asiático. Na realidade, a crise asiática foi, sem dúvida, a ilustração mais dramática do fracasso do sistema dos mercados autorregulados: o que subjazia na origem da crise era a liberalização dos fluxos de capitais a curto prazo, os bilhões de dólares que se espargiam arredor do mundo em busca dos réditos mais altos, sujeitos às bruscas alterações de ânimo racionais ou irracionais.

Permitam-me que conclua este prefácio retomando dois dos temas centrais de Polanyi. O primeiro refere-se ao complexo

entrelaçamento da política e a economia. O fascismo e o comunismo nom eram só sistemas económicos alternativos; representavam um afastamento importante em relação às tradições políticas liberais. No entanto, como Polanyi fai notar: «O fascismo, como o socialismo, estava enraizado numha sociedade de mercado que se negava a funcionar». O apogeu das doutrinas neoliberais alcançou-se provavelmente entre 1990 e 1997, depois da Queda do Muro de Berlim e antes da crise financeira global. Haverá talvez quem sustente que o fim do comunismo marcou o triunfo da economia de mercado e da crença nos mercados autorregulados. Mas essa interpretação seria, creio eu, errônea. Afinal, nos próprios países desenvolvidos, esse período estivo marcado em quase todos os sítios por umha rejeição destas doutrinas, as do mercado livre de Reagan-Thatcher, em benefício das políticas dos «novos democratas» ou dos «novos laboristas». Umha interpretação mais convincente é que, durante a Guerra Fria, os países industriais mais avançados simplesmente nom podiam correr o risco de impor políticas que prejudicassem os pobres em grau tam alto. Estes países tinham a possibilidade de escolher; eram cortejados por Ocidente e polo Leste, e os demonstrados fracassos das receitas ocidentais podiam virá-los para o outro lado. Com a Queda do Muro de Berlim, deixárom de poder escolher. Essas arriscadas doutrinas podiam ser-lhes impostas impunemente. Mas esta perspectiva nom é só inumana; é tamém estreita: a rejeição de umha economia de mercado que nom funciona, polo menos para a maioria ou para umha ampla minoria, pode revestir umha miríada de formas indesejáveis. A denominada economia de mercado autorregulado pode evoluir para um capitalismo mafioso —e para um sistema político mafioso — preocupação que tristemente se tornou demasiado real em certas partes do mundo.

Polanyi via o mercado como parte de umha economia mais ampla, e esta como parte de umha sociedade ainda mais ampla. Via a economia de mercado, nom como um fim em si mesma, mas como um meio para fins mais fundamentais. A privati-

zação, a liberalização e a própria macro-estabilização tenham sido tratadas, com demasiada frequência, como os objetivos da reforma. Elaboram-se tabelas classificatórias da rapidez com que os diferentes países procedem às privatizações, esquecendo que a privatização é realmente fácil: todo o que há que fazer é entregar os ativos aos amigos, à espera de umha comissão em troca. Mas, demasiadas vezes, as tabelas classificatórias não contabilizam o número de indivíduos que são empurrados para a pobreza, ou o número de postos de trabalho destruídos em comparação com os criados, ou o aumento da violência, da sensação de insegurança, ou do sentimento de impotência. Polanyi falava de valores mais essenciais. A disjunção entre esses valores mais básicos e a ideologia dos mercados autorregulados é hoje tão clara como no tempo em que escreveu. Falamos aos países em vias de desenvolvimento da importância da democracia, mas quando se trata das questões que mais os preocupam, aquelas que afetam a sua existência, as económicas, dizemos-lhes que as leis de ferro da economia lhes deixam pouca ou nenhuma escolha, e que, como é provável que esses países (através de um processo político democrático) tomem decisões erradas, deverão ceder as decisões económicas chave – digamos, a direção da política macro-económica – a um banco central independente, quase sempre dominado pelos representantes da comunidade financeira; e para garantir que atuem conforme os interesses da comunidade financeira, dizemos-lhes que deverão centrar-se exclusivamente na inflação, sem se preocuparem do crescimento ou do emprego; e para termos a certeza de que fazem exatamente isso, dizemos-lhes de impor ao banco central certas regras, como a expansão da oferta monetária a umha taxa constante; e quando alguma dessas regras não funciona como se esperava, imporá-se outra, como o objetivo de inflação. Em suma, ao mesmo tempo que com umha mão cedemos aparentemente o poder às populações das ex-colónias através da democracia, despojamo-las dela com a outra.

Polanyi termina, mui pertinentemente, o seu livro com umha análise da questom da liberdade numha sociedade complexa. Franklin Delano Roosevelt dixo, no meio da Grande Depressom: «Nada temos a temer senom o próprio temor». Referia-se assi à importância, nom só das liberdades clássicas (liberdade de expressom, liberdade de imprensa, liberdade de reuniom, liberdade religiosa), mas tamém à liberdade de nom termos medo nem fame. As medidas de regulaçom podem restringir a liberdade de alguns; mas, ao fazê-lo, podem reforçar a liberdade de outros. A liberdade de movimentar à vontade capitais dentro e fora de um país é umha liberdade que alguns exercem com um custo enorme para outros. (Na gíria dos economistas, hai grandes externalidades.) Infelizmente, o mito da autorregulaçom da economia, tanto sob a velha aparência do *laissez-faire* como sob a nova indumentária do Consenso de Washington, nom representa um equilíbrio destas liberdades, já que os pobres enfrentam mais que ninguém umha sensaçom de maior insegurança, e em certos lugares, como Rússia, o número absoluto dos que vivem na pobreza aumentou e os níveis de vida deteriorárom-se. Para estes, hai menos liberdade; menos liberdade perante a fame, menos liberdade perante o medo. Se Polanyi escrevesse agora, estou certo de que sugeriria que o desafio que a comunidade global enfrenta hoje é se é possível corrigir estes desequilíbrios, antes que seja demasiado tarde.

Joseph E. Stiglitz

Introdução^{1*}

Um eminente historiador da economia, revisando a acolhida e a influência ao longo dos anos de *A Grande Transformação*, fazia notar que «alguns livros se negam a passar». É um juízo acertado. Embora escrita nos começos da década de 1940, a pertinência e importância desta obra de Karl Polanyi seguiu crescendo. Embora sejam hoje em dia poucos os livros que permanecem nas estantes por mais de alguns meses ou anos, *A Grande Transformação*, depois de mais de meio século, conserva, em muitos aspetos, a sua atualidade. De facto, é indispensável para compreender os dilemas que a sociedade global enfrenta no início do século XXI.

Hai umha boa explicação para esta durabilidade. *A Grande Transformação* oferece a crítica mais vigorosa formulada até agora do liberalismo de mercado, da crença de que tanto as sociedades nacionais como a economia global podem e deveriam organizar-se por meio de mercados autorregulados. A partir de finais da década de 1980, e sobretudo com o fim da Guerra Fria no início da de 1990, esta doutrina do liberalismo de mercado –sob as etiquetas de thatcherismo, reaganismo, neoliberalismo e

1 *Contraím significativas dívidas na preparação desta introdução. A maior delas com Kari Polanyi Levitt, que forneceu comentários extensos e detalhados, tanto de ordem substantiva como editorial a vários borradores da introdução. Foi um raro privilégio trabalhar com ela. Michael Flota, Miriam Joffe-Block, Marguerite Mendell e Margaret Somers também me brindaram valiosos comentários. Margaret Somers ajudou-me a compreender o pensamento de Polanyi durante quase trinta anos; muito do que escrevim reflete o seu pensamento. Além disso, Michael Flota ajudou-me na preparação da introdução e na tarefa mais ampla de preparar esta nova edição. Tenho também umha dívida considerável com Kari Polanyi e Marguerite Mendell pelo seu labor como co-diretoras do *Karl Polanyi Institute of Political Economy na Concordia University*, em Montreal, no Quebec. A minha compreensão do pensamento de Polanyi foi profundamente moldada pela sua colegialidade e pelo arquivo que conservam dos documentos de Karl Polanyi. Os leitores que queiram saber mais sobre o pensamento de Polanyi, assi como sobre a comunidade internacional de estudiosos que trabalham nesta escola, devem contactar o *Karl Polanyi Institute* e consultar a importante série de livros *Critical Perspectives on Historic Issues*, que publicou com *Black Rose Press* em Montreal.

«Consenso de Washington» – chegou a dominar a política global. Mas pouco depois da primeira edição da obra, em 1944, intensificava-se a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, obscurecendo a importância da contribuição de Polanyi. Nos debates extremamente polarizados entre os defensores do capitalismo e os do socialismo de estilo soviético, pouco lugar havia para as teses matizadas e complexas de Polanyi. Hai, portanto, uma certa justiça no facto de que, com o fim da época da Guerra Fria, a obra de Polanyi comece a adquirir a visibilidade que merece.

O debate central deste período posterior à Guerra Fria girou em torno da globalização. Os neoliberais insistem em que as novas tecnologias das comunicações e do transporte tornam tanto inevitável como conveniente que a economia mundial se integre estreitamente através da expansão do comércio e dos fluxos de capitais, assim como da aceitação do modelo anglo-americano de um capitalismo de livre mercado. Uma multiplicidade de movimentos e de teóricos em todo o mundo rejeitou esta visão da globalização a partir de perspectivas políticas diferentes; alguns opõem-se baseando-se em identidades étnicas, religiosas, nacionais ou regionais, outros porque sustentam visões alternativas da coordenação e cooperação globais. Todos os intervenientes no debate têm muito a aprender com a leitura de *A Grande Transformação*; tanto os neoliberais como os seus críticos conseguirão uma compreensão mais profunda da história do liberalismo de mercado e um conhecimento das consequências trágicas dos projetos de globalização económica do passado.

A vida e a obra de Polanyi

Karl Polanyi (1886-1964) criou-se em Budapeste, numa família notável pelo seu compromisso social e as suas realizações intelectuais². O seu irmão Michael chegou a ser um importante

2 Ainda não existe uma biografia completa de Polanyi, mas muito do material relevante pode-se encontrar em Margueritte Mendell e Karl Polanyi Levitt,

filósofo da ciência, cuja obra ainda é mui lida. O próprio Polanyi foi umha personalidade influente nos círculos intelectuais e académicos húngaros antes da Grande Guerra. Em Viena, na década de 1920, Polanyi trabalhou como chefe de redação do primeiro semanário económico e financeiro da Europa Central, *Der Österreichische Volkswirt*. Foi nessa época que topou, pela primeira vez, com as teses de Ludwig von Mises e do seu famoso discípulo, Friedrich Hayek. Mises e Hayek tentavam restaurar a legitimidade intelectual do liberalismo de mercado, seriamente sacudida pela I Guerra Mundial, a Revolução Russa e o atrativo do socialismo.³ A curto prazo, Mises e Hayek tiveram pouca influência. De meados da década de 1930 e até o fim da de 1960, as ideias económicas keynesianas, que legitimavam a gestom governamental ativa da economia, dominaram as políticas nacionais do Ocidente.⁴ Depois da Segunda Guerra Mundial, Mises e Hayek fôrom defensores incansáveis do liberalismo de

«Karl Polanyi – His Life and Time», *Studies in Political Economy*, nº 22 (primavera de 1987), pp. 7-39. Ver tamém Levitt, ed., *Life and Work of Karl Polanyi* (Montreal, Black Rose Press, 1990) e o seu ensaio «Karl Polanyi as Socialist», em Kenneth McRobbie, ed., *Humanity, Society, and Commitment: On Karl Polanyi* (Montreal, Black Rose Press, 1994). Tamém está disponível um extenso material biográfico em Kenneth McRobbie e Karl Polanyi Levitt, eds., *Karl Polanyi in Vienna* (Montreal, Black Rose Press, 2000). Peter Drucker, o teórico da gestom, que conheceu a família Polanyi em Viena, escreveu um divertido relato nas suas memórias *Adventures of a Bystander* (Nova Iorque, John Wiley, 1994), mas muitas das suas referências específicas –incluídos alguns dos nomes dos irmaos de Polanyi– som inexatas.

- 3 Sobre as teses de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek entre as décadas de 1920 e 1990, ver Richard Cockett, *Thinking the Unthinkable: Think Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-1983* (Londres, Fontana Press, 1995). Cockett sublinha a ironia de que Inglaterra, que inventou o liberalismo de mercado, tivesse que o reimportar de Viena.
- 4 Por coincidência, o livro de Polanyi foi editado pela primeira vez no mesmo ano em que Hayek publicou o seu livro mais famoso, *The Road of Serfdom* (Chicago, University of Chicago Press, 1944). Enquanto Polanyi celebrava o *New Deal* nos Estados Unidos, precisamente porque estabelecia limites à influência das forças do mercado, o livro de Hayek insistia em que as reformas do *New Deal* deixavam os Estados Unidos numha encosta escorregadiça que conduziria tanto à ruína económica como a um regime totalitário.

mercado nos Estados Unidos e no Reino Unido, e inspiráram diretamente seguidores tam influentes como Milton Friedman. Hayek viveu até 1992, o suficiente, para sentir-se reivindicado polo colapso da União Soviética. No momento da sua morte, foi amplamente celebrado como pai do neoliberalismo, a pessoa que inspirara Margaret Thatcher e Ronald Reagan a seguirem políticas de desregulação, liberalização e privatização. Nom obstante, já desde a década de 1920, Polanyi contestava abertamente as teses de Mises, e a crítica dos liberais de mercado continuou a ser a sua preocupação teórica fundamental.

Durante o período de *Der Österreichische Volkswirt*, Polanyi assistiu ao *crash* do mercado de valores nos Estados Unidos em 1929, à falência do *Kreditanstalt*⁵ de Viena em 1931, que precipitou a Grande Depressão, e à ascensão do fascismo. Mas com a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, as opiniões socialistas de Polanyi tornáram-se problemáticas, e foi convidado a demitir do seu cargo no semanário. Partiu para Inglaterra, onde trabalhou como professor na *Worker's Educational Association*, secção de divulgação externa das universidades de Oxford e Londres.⁶ A preparação dos seus cursos levaria Polanyi a se mergulhar nos materiais da história económica e social de Inglaterra. Em *A Grande Transformação* Polanyi fusionou esses materiais históricos com a sua crítica dos pontos de vista de Mises e Hayek, nessas alturas já extraordinariamente influentes.

A redação propriamente dita do livro realizou-na Polanyi quando era professor convidado no Bennington College de Vermont, nos começos da década de 1940.⁷ Graças a umha bolsa, pudo dedicar todo o seu tempo a escrever, e a mudança de meio ajudou-no a sintetizar as diferentes linhas da sua argumentação.

5 N. do T.: Banco criado pola família Rothschild em 1855, declarado em falência em 1931.

6 Marguerite Mendell, «Karl Polanyi and Socialist Education», em Kenneth McRobbie, ed., *Humanity, Society, and Commitment: On Karl Polanyi* (Montreal: Black Rose Press, 1994), pp. 25-42.

7 Polanyi escreveu o livro em inglês, língua que lhe era familiar desde a infância.

De facto, umha das contribuições perduráveis do livro –o seu enfoque das instituições que regulam a economia global – estava diretamente vinculada aos múltiplos exílios de Polanyi. As suas mudanças de Budapeste para Viena, dali para Inglaterra e depois para os Estados Unidos, junto com um profundo sentido da responsabilidade moral, figérom de Polanyi umha espécie de cidadão do mundo. No final da sua vida, escrevia a um velho amigo: «A minha, foi umha vida ‘mundial’; vivim a vida do mundo humano (...) A minha obra é para Ásia, África, os novos povos».⁸ Embora mantinha um apego profundo à sua Hungria natal, Polanyi transcendeu a visom eurocêntrica e captou a maneira em que as formas agressivas do nacionalismo foram fomentadas e apoiadas por um determinado conjunto de disposições económicas globais.

Nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, Polanyi ensinou na Universidade de Colúmbia de Nova Iorque, onde, com os seus estudantes, se dedicou à investigação antropológica sobre a moeda, o comércio e os mercados nas sociedades pré-capitalistas. Com Conrad M. Arensberg e Harry W. Pearson, publicou *Trade and Market in the Early Empires*; mais tarde, os seus discípulos preparárom a publicação dos volumes póstumos baseados na obra de Polanyi deste período. Abraham Rotstein contribuiu com a publicação de *Dahomey and the Slave Trade*; George Dalton editou umha coletânea de ensaios publicados anteriormente, que incluem algumas passagens de *A Grande Transformação*, em *Primitive, Archaic, and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*, e Pearson tamém compilou *The Livelihood of Man* a partir das notas das aulas de Polanyi em Columbia.⁹

8 Carta a Be de Waard, 6 de janeiro de 1958, citada por Ilona Duczynska Polanyi, «I First Met Karl Polanyi in 1920...», em Kenneth McRobbie e Karl Polanyi Levitt, eds., *Karl Polanyi in Vienna* (Montreal, Black Rose Press, 2000), pp. 313, 302-315.

9 Karl Polanyi, Conrad M. Arensberg e Harry W. Pearson, eds., *Trade and Market in the Early Empires: Economies in History and Theory* (Glencoe, III., Free Press, 1957); Polanyi, *Dahomey and the Slave Trade: An Analysis of an Archaic Economy*

A tese de Polanyi: estrutura e teoria

A Grande Transformação está estruturada em três partes. A primeira e a terceira centram-se nas circunstâncias imediatas que gerárom a Grande Guerra, a Grande Depressom, a ascensom do fascismo na Europa continental, o *New Deal* nos Estados Unidos e o primeiro plano quinquenal na União Soviética. Nestes capítulos de introduçom e de conclusom, Polanyi propom um quebra-cabeças: por que um período prolongado de relativa paz e prosperidade em Europa, que durou de 1815 a 1914, de repente deu lugar a umha guerra mundial seguida de um colapso económico? A Segunda Parte, que constitui o núcleo do livro, fornece a soluçom de Polanyi ao quebra-cabeças. Remontando à Revoluçom Industrial em Inglaterra, nos primeiros anos do século XIX, mostra de que modo respondêrom os pensadores ingleses às perturbaçoms dos primeiros tempos da industrializaçom elaborando a teoria do liberalismo de mercado, com a sua crença central de que a sociedade humana deveria subordinar-se aos mercados autorregulados. Como resultado do papel dirigente de Inglaterra enquanto «seminário do mundo» —explica Polanyi— essas crenças convertêrom-se no princípio organizador da economia mundial. Na segunda metade da Segunda Parte, capítulos XI a XVIII, Polanyi sustenta que o liberalismo de mercado gerou umha resposta inevitável: produzírom-se esforços concertados para proteger a sociedade frente ao mercado. Estes esforços significavam que o liberalismo de mercado nom podia funcionar como se pretendia, e que as instituições que governavam a economia global criavam tensoms crescentes dentro das naçoms e entre elas. Polanyi esboça o fracasso da paz que levou à Primeira Guerra Mundial e mostra que o colapso da ordem económica que conduziu à Grande Depressom foi consequência direta da tentativa de organizar a economia global com base no

(Seattle, University of Washington, 1966); George Dalton, ed., *Primitive, Archaic, and Modern Economics: Essays of Karl Polanyi* (1968, reediçom, Boston, Beacon Press, 1971), e Harry W. Pearson, ed., *The Livelihood of Man* (Nova Iorque, Academic Press, 1977).

liberalismo de mercado. A segunda «grande transformação» – a ascensão do fascismo – é resultado da primeira: a ascensão do liberalismo de mercado.

Na elaboração da sua argumentação, Polanyi recorre às suas vastas leituras de história, antropologia e teoria social.¹⁰ *A Grande Transformação* tem muitas cousas importantes a dizer sobre os acontecimentos históricos desde o século XV à Segunda Guerra Mundial; também oferece contribuições originais sobre temas tão diferentes como o papel da reciprocidade e da redistribuição nas sociedades pré-modernas, as limitações do pensamento económico clássico e os perigos da mercantilização da natureza. Muitos cientistas sociais contemporâneos – antropólogos, politólogos, sociólogos, historiadores e economistas – encontraram inspiração teórica nas teses de Polanyi. Hoje em dia, um número crescente de livros e artigos está contextualizado por citas chave de *A Grande Transformação*.

Devido à própria riqueza deste livro, é inútil tentar resumir-lo; o melhor que se pode fazer aqui é desenvolver algumas das principais linhas da argumentação de Polanyi. Mas isto requer que se reconheça primeiro a originalidade da sua posição teórica. Polanyi não encaixa com facilidade nas cartografias convencionais da paisagem política: embora concordasse com muitas das críticas de Keynes ao liberalismo de mercado, dificilmente pode considerar-se um keynesiano. Identificou-se como socialista ao longo de toda a sua vida, mas tinha profundas diferenças com qualquer tipo de determinismo económico, incluídas as correntes principais do marxismo.¹¹ As suas próprias definições de

10 Para uma análise de algumas das fontes chave de Polanyi, ver Margaret Somers, «Karl Polanyi's Intellectual Legacy», em Karl Polanyi Levitt, ed., *Life and Work of Karl Polanyi* (Montreal, Black Rose Books, 1990), pp. 152-158.

11 A relação de Polanyi com o marxismo é um dos temas mais complexos e discutidos na bibliografia. Ver Mendell e Polanyi Levitt, «Karl Polanyi – His Life and Times»; Fred Block e Margaret Somers, «Beyond the Economic Fallacy: The Holistic Social Science of Karl Polanyi», em Theda Skocpol, ed., *Vision and Method in Historical Sociology* (Cambridge, Cambridge University Press, 1984), pp. 47-84; Rhoda H. Haperin, *Cultural Economies: Past and Present*

capitalismo e de socialismo divergem das interpretações habituais desses conceitos.

O conceito de incrustação de Polanyi

O ponto de partida lógico para explicar o pensamento de Polanyi é o seu conceito de *incrustação*. Este conceito, talvez a sua contribuição mais célebre para o pensamento social, tem sido também fonte de enorme confusão. Polanyi começa por sublinhar que toda a tradição do moderno pensamento económico, que se prolonga até aos nossos dias, descansa na concepção da economia como um sistema de interconexão de mercados que ajusta automaticamente a oferta e a procura através do mecanismo dos preços. Embora reconheçam que o sistema do mercado necessita algumas vezes do auxílio do governo para superar as deficiências do mercado, os economistas ainda confiam neste conceito da economia como um sistema de equilíbrio de mercados integrados. O propósito de Polanyi é mostrar quão profundamente difere este conceito da realidade das sociedades humanas ao longo da história conhecida. Até ao século XIX –insiste Polanyi – a economia humana esteve sempre incrustada na sociedade.

O termo *incrustação* expressa a ideia de que a economia não é autónoma, como o deve ser na teoria económica, mas que está subordinada à política, à religião e às relações sociais.¹²

(Austin, University of Texas Press, 1994).

12 O conceito polanyiano de *embeddedness* [incrustação] tem sido adotado e desenvolvido por destacados estudiosos contemporâneos, como John Ruggie, «International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order», *International Organization* 36 (primavera de 1982), pp. 379-415; Mark Granovetter, «Economic Actions and Social Structure: The Problem of Embeddedness», *American Journal of Sociology* 91 (novembro de 1985), pp. 481-510, e Peter Evans, *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation* (Princeton, N.J., Princeton University Press, 1995). Não se sabe que inspiração precisa levou Polanyi à cunhagem deste termo; mas parece plausível que tenha tomado a metáfora das minas de carvão. Ao investigar a história económica de Inglaterra, Polanyi leu extensamente sobre a história e as técnicas da indústria mineira inglesa, de cujas tarefas fazia parte a extração do carvão incrustado nas paredes de rocha da mina.

O uso do termo por Polanyi sugere mais do que a ideia, agora familiar, de que as transações mercantis dependem da confiança, compreensão mútua e observância legal dos contratos. Utiliza o conceito para ressaltar a radicalidade da rutura dos economistas clássicos, especialmente Malthus e Ricardo, em relação aos pensadores anteriores. Em vez do modelo historicamente normal da subordinação da economia à sociedade, o seu sistema de mercados autorregulados requeria a subordinação da sociedade à lógica do mercado. Polanyi escreve na Primeira Parte:

Em última instância, é por isso que o controle do sistema económico pelo mercado tem consequências devastadoras para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, que a sociedade funciona como um anexo do mercado. Em vez de estar a economia *incrustada* nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema económico.

Contudo, esta e outras passagens similares prestam-se a uma interpretação errada da argumentação de Polanyi. É frequente que Polanyi se entenda de forma equivocada, como se afirmasse que, com o triunfo do capitalismo no século XIX, a economia foi desincrustada com êxito da sociedade e passou a dominá-la.¹³

Esta errada interpretação obscurece a originalidade e riqueza teóricas da argumentação de Polanyi. Este afirma que os economistas clássicos desejavam criar uma sociedade na qual a economia estivesse efetivamente desincrustada, e que encorajavam os políticos a perseguirem esse objetivo. No entanto, insiste em que *nom alcançárom nem podiam* alcançar essa meta. De facto, Polanyi afirma reiteradamente que o objetivo de uma economia de mercado desincrustada e plenamente autorregulada é um projeto utópico; é algo que *nom* pode existir. Na página de

13 Nada menos que uma figura como o grande historiador francês Fernand Braudel lê Polanyi deste modo. Ver Braudel, *Civilization and Capitalism Fifteenth-Eighteenth Century*, vol. II. *The Wheels of Commerce*, tradução inglesa de Sian Reynolds (Berkeley, University of California Press, 1992), pp. 225-229.

abertura da Primeira Parte, por exemplo, escreve: «A nossa tese é que a ideia de um mercado autorregulado era pura utopia. Tal instituição nom poderia existir por muito tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; teria destruído fisicamente o home e transformado o seu entorno num deserto».

Porque a desincrustaçom nom pode ter êxito

Polanyi sustenta que a criaçom de umha economia de mercado totalmente autorregulada requer que os seres humanos e o meio natural sejam convertidos em meras mercadorias, o que assegura a destruiçom tanto da sociedade como do meio natural. Na sua opiniom, os teóricos dos mercados autorregulados e os seus aliados empurram constantemente as sociedades humanas para a beira de um precipício. Mas, à medida que as conseqüências dos mercados sem restriçoms som evidentes, os povos reagem; rejeitam atuar como lemingues que avançam por um acantilado para a sua própria destruiçom.¹⁴ Em vez disso, arredam-se dos dogmas da autorregulaçom do mercado para salvar a sociedade e a natureza da destruiçom. Neste sentido, poderia-se dizer que a desincrustaçom do mercado é similar ao estiramento de umha cinta elástica gigantesca. Os esforços para conseguir umha maior autonomia do mercado aumentam o nível da tensom. Se se continuar a estirar, a cinta romperá –o que representa a desintegraçom social – ou a economia retornará a umha posiçom de maior incrustaçom.

A lógica subjacente a este argumento assenta na distinçom de Polanyi entre mercadorias reais e fictícias. Para Polanyi, define-se como mercadoria algo que foi produzido para ser vendido no mercado. Segundo esta definiçom, a terra, o trabalho e a moeda som mercadorias fictícias, umha vez que nom se produzírom originalmente para serem vendidas no mercado. O trabalho é

14 N. do T.: O mito de que os lemingues (*lemmus lemmus*), roedores das zonas nórdicas, se suicidam em massa respondendo a um mecanismo de autorregulaçom da natureza, é recusado pola comunidade científica por falta de provas.

simplesmente a atividade dos seres humanos, a terra é a natureza subdividida, e a oferta de moeda e crédito nas sociedades modernas é necessariamente moldada pelas políticas governamentais. A economia moderna parte da pretensão de que estas mercadorias fictícias se comportam como as reais; mas Polanyi insiste em que este truque de magia tem conseqüências fatais. Isto significa que a teorização econômica se baseia numa mentira, e que esta mentira põe em perigo a sociedade humana.

Hai dois níveis na tese de Polanyi. O primeiro é um argumento moral, pelo qual constitui simplesmente um erro tratarmos a natureza e os seres humanos como objetos cujo preço será determinado inteiramente pelo mercado. Tal conceito viola os princípios que durante séculos governaram as sociedades: à natureza e à vida humana quase sempre se lhes reconheceu uma dimensão sagrada. É impossível conciliar esta dimensão sagrada com a subordinação do trabalho e da natureza ao mercado. Na sua objeção ao tratamento da natureza como mercadoria, Polanyi antecipa muitos dos argumentos dos ambientalistas contemporâneos.¹⁵

O segundo nível da tese de Polanyi centra-se no papel do Estado na economia.¹⁶ Ainda que se suponha que a economia se autorregula, o Estado *deve* exercer a função permanente de ajustar a oferta de dinheiro e de crédito a fim de evitar os perigos gêmeos da inflação e da deflação. De forma similar, o Estado deve gerir as variações da procura de mão de obra proporcionan-

15 Para uma apreciação da sua influência sobre a economia ambiental, ver Herman E. Daly e John B. Cobb Jr., *For the Common Good: Redirecting the Economy toward Community, the Environment, and a Sustainable Future* (Boston, Beacon Press, 1989).

16 Implícita na tese de Polanyi está uma crítica mais específica do mercado como mecanismo de autorregulação. No caso das mercadorias manufaturadas, um preço descendente para uma mercadoria abundante restabelece o equilíbrio, quer encorajando o aumento do consumo, quer desencorajando a nova produção. No caso das mercadorias fictícias, a eficácia do mecanismo dos preços reduz-se porque nem se podem assumir os incrementos nem os descensos automáticos da oferta.

do auxílio nos períodos de desemprego, educando e formando os futuros trabalhadores, e procurando influir nos fluxos migratórios. No caso da terra, os governos tentam manter a continuidade da produção alimentar com diversas medidas que protegem os agricultores das pressões geradas pelas flutuações das colheitas e a volatilidade dos preços. Nas áreas urbanas, os governos orientam a utilização da terra disponível mediante a regulamentação ambiental e do uso do solo. Em suma, o papel de gerir as mercadorias fictícias coloca o Estado dentro de três dos mercados mais importantes, o que torna absolutamente insustentável o ponto de vista do liberalismo de mercado de que o Estado está «fora» da economia.¹⁷

A existência das mercadorias fictícias explica a impossibilidade de desincrustação da economia. As sociedades de mercado reais *necessitam* que o Estado desempenhe um papel ativo na gestão dos mercados, e esse papel exige que se tomem decisões políticas; não pode reduzir-se a uma espécie de função técnica ou administrativa.¹⁸ Quando as políticas estatais avançam no sentido da desincrustação, depositando uma maior confiança na autorregulação do mercado, as pessoas comuns estão obrigadas a suportar custos mais elevados. Os trabalhadores e as suas famílias tornam-se mais vulneráveis ao desemprego, os agricultores vêm-se expostos a uma maior concorrência das importações, e exige-se de ambos os grupos que sobrevivam com menos direitos assistenciais. Com frequência, som neces-

17 Também para muitas outras mercadorias, a intervenção governamental é uma pré-condição da concorrência no mercado. Ver o livro de Steven Vogel pertinentemente intitulado, *Freer Markets, More Rules: Regulatory Reform in Advanced Industrial Countries* (Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press, 1996).

18 Os monetaristas tentaram reiteradamente, mas sem sucesso, estabelecer uma regra fixa de gestão do aumento da massa monetária que eliminasse a decisão discricionária dos bancos centrais. À falta de tal fórmula, o seguinte recurso foi obscurecer o papel político dos bancos centrais atribuindo-lhes uma autoridade quase religiosa e oracular. Ver William Greider, *Secrets of the Temple: How the Federal Reserve Runs the Country* (Nova Iorque, Simon & Schuster, 1987).

sários *maiores* esforços por parte do Estado para assegurar que estes grupos suportem os custos acrescentados sem recorrerem a ações politicamente desestabilizadoras. Isto é parte do que quer dizer Polanyi com a sua afirmação de que «o *laissez-faire* estava planeado»; som necessárias a intervenção do Estado e a repressom para impor a lógica do mercado e os seus consequentes riscos às pessoas comuns.¹⁹

As conseqüências da impossibilidade

Os esforços dos teóricos do livre mercado por desincrustarem a economia da sociedade estão condenados ao fracasso. Mas o próprio caráter utópico do liberalismo de mercado é umha das causas da sua extraordinária resiliência intelectual. Como as sociedades recuam invariavelmente perante o abismo da experimentação em grande escala da autorregulação do mercado, os seus teóricos sempre podem afirmar que qualquer fracasso nom é resultado do desenho, mas da falta de vontade política na sua aplicação. O credo do mercado autorregulado nom pode ser assi desacreditado polas experiências históricas; os seus defensores tenhem sempre umha escusa incontestável para os seus fracassos. Isto foi o que aconteceu recentemente com a tentativa de impor o capitalismo de mercado na ex-União Soviética mediante a «terapia de choque». Embora o fracasso deste esforço seja óbvio à vista de todos, os defensores da «terapia de choque» continuam a acusar do fracasso os governantes que cedêrom de-

19 Este é o ponto principal em que assenta a análise de Polanyi da Nova Lei dos Pobres em Inglaterra; a criação de um mercado do trabalho exigia um drástico aumento das forças repressivas do Estado. No que se refere a este ponto, a interpretação de Polanyi foi corroborada por investigadores posteriores, e sobretudo por Karel Williams no seu *From Pauperism to Poverty* (Londres, Routledge, 1981). Sobre o regime de Speenhamland, alguns dos argumentos de Polanyi foram questionados. Dous trabalhos importantes, mas em conflito, sobre a Antiga Lei dos Pobres som fornecidos por K. D. M. Snell, *Annals of the Labouring Poor: Social Change and Agrarian England, 1660-1900* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985), e George Boyer, *An Economic History of the English Poor Law, 1750-1850* (Cambridge, Cambridge University Press, 1990).

masiado aginha às pressons políticas; só com que tivessem persistido, teriam-se alcançado os benefícios prometidos de umha transiçom rápida para o mercado.²⁰

O extremo ceticismo de Polanyi sobre a desincrustaçom da economia é tamém a origem do seu poderoso argumento sobre o «duplo movimento». Como os esforços por desincrustar a economia da sociedade encontram inevitavelmente resistênciã, Polanyi sustém que as sociedades de mercado se formam por dous movimentos opostos: o movimento do *laissez-faire*, para expandir o âmbito do mercado, e o contramovimento de proteçom que emerge como resistênciã à desincrustaçom da economia. Embora o movimento da classe trabalhadora tenha sido umha parte fundamental do contramovimento de proteçom, Polanyi afirma explicitamente que todos os grupos da sociedade participárom nesse projeto. Quando, por exemplo, as recessons periódicas destruírom o sistema bancário, os grupos empresariais insistírom no fortalecimento dos bancos centrais para isolar a oferta interna de crédito das pressons do mercado global.²¹ Numha palavra, até os capitalistas resistem periodicamente à incerteza e às flutuaçons produzidas pola autorregulaçom dos mercados, e participam nos esforços para aumentar a estabilidade e a previsibilidade mediante formas de proteçom.

Polanyi insiste em que «o *laissez-faire* estava planeado; a planificaçom, nom». Critica explicitamente os liberais de mercado que culpavam umha «conspiraçom coletivista» de erigir barreiras de proteçom contra o funcionamento dos mercados

20 Para análises explicitamente polanyianas da transiçom na Europa do Leste e na ex-Uniom Soviética, ver Maurice Glasman, *Unnecessary Suffering: Managing Market Utopia* (Londres, Verso, 1996); John Gray, *False Dawn: The Delusions of Global Capitalism* (Londres, Granta Books, 1998); e David Woodruff, *Money Unmade; Barter and the Fate of Russian Capitalism* (Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press, 1999).

21 Polanyi escreve no capítulo XVI: «A moderna banca central era, de facto, um dispositivo desenvolvido essencialmente com o propósito de proporcionar proteçom, sem a qual o mercado teria destruído os seus próprios filhos, as empresas comerciais de qualquer tipo».

globais. Sustenta que, pelo contrário, a criação dessas barreiras foi umha resposta espontânea e nom planeada de todos os grupos da sociedade contra as exigências impossíveis do sistema do mercado autorregulado. O contramovimento de proteçom *tinha* que produzir-se para impedir o desastre de umha economia desincrustada. Polanyi sugere que o movimento orientado para umha economia do *laissez-faire* necessita um contramovimento destinado a criar estabilidade. Quando, por exemplo, o movimento a favor do *laissez-faire* é demasiado poderoso, como na década de 1920 (ou na de 1990) nos Estados Unidos, os excessos especulativos e a desigualdade crescente destroem as bases de qualquer prosperidade continuada. E embora as simpatias de Polanyi estejam geralmente com o contramovimento de proteçom, admite tamém que, algumas vezes, esse contramovimento pode criar um impasse económico-político perigoso. A sua análise da ascensom do fascismo em Europa reconhece que, quando nengum movimento foi capaz de impor a sua soluçom para a crise, as tensons aumentárom até que o fascismo adquiriu a força necessária para tomar o poder e romper ao mesmo tempo com o *laissez-faire* e a democracia.²²

A tese do duplo movimento de Polanyi contrasta fortemente tanto com o liberalismo de mercado como com o marxismo ortodoxo na gama de possibilidades que se podem imaginar num momento dado. Tanto o liberalismo de mercado como o marxismo sustentam que as sociedades só tenhem duas escolhas reais: capitalismo de mercado e socialismo. Embora com preferências opostas, as duas posiçons concordam em excluir qualquer outra alternativa. Em contrapartida, Polanyi insiste em que o capitalismo de livre mercado nom constitui umha escolha real; é só umha visom utópica. Além disso, no capítulo XIX define o socialismo como «a tendência inerente a umha civilizaçom

22 Polanyi aborda o fascismo em «The Essence of Fascism», em J. Lewis, K. Polanyi e D.K. Kitchin, eds., *Christianity and the Social Revolution* (Londres, Gollanz, 1935), pp. 359-394.

industrial a transcender o mercado autorregulado, subordinando-o conscientemente a umha sociedade democrática». Esta definição permite que os mercados continuem a ter um papel no seio das sociedades socialistas. Polanyi sugere que existem diferentes possibilidades disponíveis em qualquer momento histórico, umha vez que os mercados podem incrustar-se de mui diferentes modos. Sem dúvida, algumas destas formas serão mais eficientes na sua capacidade de expandir a produção e de promover a inovação, e outras serão mais «socialistas» na subordinação do mercado a umha direção democrática; mas Polanyi sugere que existiam alternativas disponíveis, eficientes e democráticas, tanto no século XIX como no XX.²³

A centralidade do regime global

Polanyi é, nom obstante, um pensador demasiado profundo para pensar que os países, individualmente considerados, som livres de escolher a forma particular em que desejam conciliar os dous lados do duplo movimento. Polo contrário, a tese de Polanyi é pertinente na situação global atual precisamente porque situa as regras que governam a economia mundial no centro do seu quadro teórico. A sua tese sobre a ascensão do fascismo no período entre guerras gira em torno do papel do padrom-ouro internacional na limitação das opções políticas disponíveis para os atores no interior dos países. Entender esta parte do argumento de Polanyi requer um breve excuroso sobre a lógica do padrom-ouro; mas este excuroso dificilmente pode considerar-se umha digressão, pois os propósitos subjacentes no caso do padrom-ouro continuam a exercer umha poderosa influência

23 Polanyi inspirou umha escola de pensamento que floresceu nas décadas de 1980 e 1990 e que analisou as «variedades do capitalismo», mostrando a existência de diferenças mui significativas nos modos de incrustação dos mercados nos Estados Unidos em comparação com França, Alemanha, Japão e outros países. Ver Rogers Hollingsworth e Robert Boyer, eds., *Contemporary Capitalism: The Embeddedness of Institutions* (Cambridge, Cambridge University Press, 1997); e Colin Crouch e Wolfgang Streeck, *Political Economy of Modern Capitalism: Mapping Convergence and Diversity* (Thousand Oaks, Calif., Sage, 1997).

sobre os liberais de mercado contemporâneos. Polanyi via no padrom-ouro umha elaboração intelectual extraordinária;²⁴ foi umha inovação institucional que pujo em prática a teoria dos mercados autorregulados e que, umha vez adotada, tivo a capacidade de fazer que os mercados autorregulados parecessem algo natural.

Os liberais de mercado queriam criar um mundo com as máximas oportunidades para ampliar o âmbito internacional dos mercados, mas necessitavam encontrar umha forma em que a gente, em diferentes países e com moedas distintas, pudesse efetuar livremente transações entre si. Pensárom que, se cada país aceitava três regras simples, a economia global contaria com o mecanismo perfeito de autorregulação global. Em primeiro lugar, cada país estabeleceria o valor da sua moeda em relação a umha quantidade fixa de ouro e comprometeria-se a comprar e vender o ouro a esse preço. Em segundo lugar, cada país basearia a oferta interna de moeda na quantidade de ouro que tivesse nas suas reservas e, portanto, a sua moeda em circulação estaria suportada polo ouro. Em terceiro lugar, cada país procuraria conceder aos seus residentes a máxima liberdade para realizarem transações económicas internacionais.

O padrom-ouro pujo em funcionamento umha máquina fantástica de autorregulação global. As companhias inglesas podiam exportar bens e investir em todas as partes do mundo, seguras de que as moedas que recebessem seriam «tam boas como o ouro». Em teoria, se um país se vê em posição deficitária num determinado ano porque os seus cidadãos gastárom no exterior mais do que ganhárom, o ouro das reservas desse país é mobilizado para pagar aos credores estrangeiros.²⁵ A oferta in-

24 A ideia foi inicialmente desenvolvida por Isaac Gervaise e David Hume no século XVIII. Frank Fetter, *Development of British Monetary Orthodoxy, 1797-1875* (Cambridge, Harvard University Press, 1965), p. 4.

25 O mecanismo mediante o qual se mobilizaria o ouro das reservas era igualmente engenhoso e nom requeria da ação governamental. Dado que a gente da nação deficitária está a gastar no exterior mais do que recebe, o valor da sua moeda

terna de moeda e crédito diminuiria automaticamente, as taxas de juro subiriam, os preços e os salários desceriam, a procura de bens importados seria menor e as exportações tornariam-se mais competitivas. O défice do país acabaria, portanto, por se autoliquidar. Sem a pesada mão dos governos, as contas internacionais de cada nação alcançariam o equilíbrio. O mundo unificaria-se num só mercado sem necessidade de qualquer tipo de governo mundial ou de autoridade financeira global; a soberania permaneceria dividida entre muitos Estados-nação, cujos interesses respetivos os levariam a adotar voluntariamente as regras do padrom-ouro.

Consequências do padrom-ouro.

Com o padrom-ouro tentava-se criar um mercado global integrado que reduzisse o papel das instâncias e governos nacionais, mas as suas consequências fôrom exatamente as opostas.²⁶ Polanyi mostra que quando se adotou amplamente, na década de 1870, tivo ironicamente o efeito de intensificar a importância da nação enquanto entidade unificada. Embora os liberais de mercado sonhavam com um mundo pacífico em que as únicas batalhas internacionais seriam as dos indivíduos e as empresas para superar os seus competidores, os esforços para alcançar estes sonhos mediante o padrom-ouro gerárom duas terríveis guerras mundiais.

A realidade era que as simples regras do padrom-ouro impunham às populações custos económicos que eram literalmente insuportáveis. Quando a estrutura interna dos preços de umha

—oferecida em maior quantidade— diminui relativamente às outras moedas. Quando este valor descesse abaixo de um certo nível, chamado *gold point*, tornaria-se lucrativo para os banqueiros internacionais converter em ouro essa moeda e transferir o ouro para o estrangeiro, onde alcançaria um preço mais elevado. Deste modo, o ouro passaria dos países deficitários para os países com superavit.

26 Como Polanyi sabia, na prática, a operação do padrom-ouro divergia consideravelmente da teoria. Ver Barry Eichengreen, *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System* (Princeton, N. J., Princeton University Press, 1996).

nação divergia dos níveis dos preços internacionais, o *único* meio legítimo para que esse país se ajustasse ao dreno das reservas de ouro era a deflação. Isto significava permitir que a sua economia se contraísse até que a diminuição dos salários reduzisse o consumo o suficiente para restaurar o equilíbrio exterior. Esta política significava descidas dramáticas dos salários e das rendas dos agricultores, aumento do desemprego e um forte incremento das falências nos negócios e na banca.

Nom eram só os trabalhadores e os agricultores que encontravam demasiado elevados os custos deste tipo de ajustamento. A própria comunidade empresarial nom podia suportar a incerteza e a instabilidade resultantes. Daí que, quase ao mesmo tempo que se instaurou o mecanismo do padrom-ouro, sociedades inteiras começaram a conjurar-se para tratar de contrabalançar o seu impacto. Um primeiro recurso para os países foi reforçar a utilização de tarifas alfandegárias que protegessem tanto os produtos agrícolas como os manufaturados.²⁷ Tornando os fluxos comerciais menos sensíveis às variações dos preços, os países podiam conseguir certo grau de previsibilidade nas suas transações internacionais e serem menos vulneráveis às saídas súbitas e inesperadas de ouro.

Outro meio foi a carreira das principais potências europeias, dos Estados Unidos e do Japom por estabelecer colónias formais no último quarto do século XIX. A lógica do livre comércio fora fortemente anticolonial, porque os custos de um império nom seriam compensados polos beneficios correspondentes se todos os comerciantes tivessem acesso aos mesmos mercados e oportunidades de investimento. Mas com a aparição do proteccionismo no comércio internacional, este cálculo inverteu-se. As colónias adquiridas recentemente protegêrom-se com as ta-

27 Peter Gourevitch, *Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises* (Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press, 1986), cap. 3; Christopher Chase-Dunn, Yukio Kawano e Benjamin Brewer, «Trade Globalization since 1795: Waves of Integration in the World-System», *American Sociological Review*, 65 (fevereiro de 2000), pp. 77-95.

rifas alfandegárias das potências imperiais, e os comerciantes das nações colonizadoras tiveram um acesso privilegiado aos mercados e às matérias-primas das colônias. A «febre polo império» neste período intensificou as rivalidades políticas, militares e económicas entre Inglaterra e Alemanha, que culminariam na Primeira Guerra Mundial.²⁸

Para Polanyi, o impulso imperialista nom se encontra algures no código genético das nações; antes é umha materialização da luta das nações para encontrar algumha forma de se proteger das incessantes exigências do sistema do padrom-ouro. O fluxo dos recursos de umha lucrativa colónia poderia salvar a nação de umha crise devastadora causada por umha súbita saída de ouro, e a exploração das populações ultramarinas ajudaria a evitar que as relações de classe na metrópole se tornassem ainda mais explosivas.

Polanyi sustenta que o utopismo dos liberais de mercado levou-nos a inventarem o padrom-ouro como um mecanismo que traria um mundo sem fronteiras e de prosperidade crescente. Em vez disso, os choques constantes do padrom-ouro obrigárom as nações a se consolidar em torno das reforçadas fronteiras, primeiro nacionais e depois imperiais. O padrom-ouro continuou a exercer a sua pressom disciplinar sobre as nações, mas o seu funcionamento veria-se minado eficazmente pola ascensom de várias formas de protecionismo, das barreiras alfandegárias aos impérios. E sem embargo, mesmo quando todo este contraditório sistema se desmoronou com a Primeira Guerra Mundial, o padrom-ouro era assumido a tal ponto que os estadistas se apressárom a restaurá-lo. Todo o drama desenvolveu-se tragicamente, umha vez mais, nas décadas de 1920 e 1930, quando as nações fôrom obrigadas a escolher entre a proteçom das taxas de

28 O argumento de Polanyi é mui diferente da tese de Lênine de que a intensificação dos conflitos inter-imperialistas é um produto do crescimento do capital financeiro no estágio final do desenvolvimento capitalista. Polanyi esforça-se em defender que os capitalistas do setor financeiro podem ser umha força importante para a prevençom da guerra.

câmbio e a dos seus cidadãos. Foi deste impasse que emergiu o fascismo. Na opinião de Polanyi, o impulso fascista –proteger a sociedade contra o mercado mediante o sacrifício da liberdade humana – era universal, mas as contingências locais determinaram onde lograriam tomar o poder os regimes fascistas.

Relevância contemporânea

Os argumentos de Polanyi são tão importantes para os debates contemporâneos sobre a globalização porque os neoliberais abraçam a mesma visão utópica que inspirou o padrom-ouro. Desde o final da Guerra Fria, têm insistido em que a integração da economia global está a tornar obsoletas as fronteiras nacionais e a estabelecer as bases de uma nova era de paz global. Uma vez que as nações reconheçam a lógica do mercado global e abram as suas economias à livre circulação de bens e capitais, os conflitos internacionais serão substituídos por uma concorrência benigna em torno da produção de bens e serviços cada vez mais atrativos. Como fizeram os seus antecessores, os neoliberais insistem em que todas as nações terão que confiar na eficácia dos mercados autorregulados.

O atual sistema financeiro global é, sem dúvida, bastante diferente do sistema do padrom-ouro. As taxas de câmbio e as moedas nacionais já não se fixam em relação com o ouro; permite-se que o valor da maioria das moedas flutue nos mercados de divisas exteriores. Existem também poderosas instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que desempenham um papel capital na gestão do sistema global. Mas, por trás destas importantes diferenças, há um denominador comum fundamental: a crença de que, se fosse concedida a máxima liberdade aos indivíduos e às empresas na busca do seu próprio interesse económico, o mercado global ia beneficiar todos.

Esta crença fundamental está por trás das tentativas sistemáticas dos neoliberais de dismantelar as restrições aos fluxos comerciais e de capitais e de reduzir a «interferência» dos gover-

nos na organização da vida económica. Thomas Friedman, um influente defensor da globalização, escreve:

Quando um país reconhece (...) as regras do livre mercado na atual economia global, e decide observá-las, pom-se aquilo a que eu chamo ‘a camisa de força dourada’. A camisa de força dourada é a peça do vestuário económico-político que define a era da globalização. A Guerra Fria tinha o traje de Mao, a jaqueta de Nehru, a peliça russa. A globalização tem só a camisa de força dourada. Se o seu país ainda nom está preparado para usá-la, nom tardará em está-lo.²⁹

Friedman di tamém que a «camisa de força dourada» exige a reduçom do Estado, a eliminaçom das restriçons à circulação de bens e capitais e a desregulamentaçom dos mercados de capitais. Além disso, descreve de forma divertida como as limitaçons desta peça de vestuário som impostas polo *rebanho eletrónico*³⁰ dos operadores internacionais de divisas e dos mercados financeiros.

A análise de Polanyi das três mercadorias fictícias ensina-nos que esta visom neoliberal do ajustamento automático do mercado a nível global é umha fantasia perigosa. Assi como as economias nacionais dependem de um papel ativo do governo, tamém a economia global precisa de instituiçons reguladoras fortes, incluindo um prestamista de último recurso. Sem tais instituiçons, as economias particulares – e talvez toda a economia global – sofrerám crises económicas devastadoras.

Sem embargo, o aspeto mais importante da liçom de Polanyi é que o liberalismo de mercado impom exigências às pessoas comuns que som simplesmente insuportáveis. Os trabalhado-

29 Thomas Friedman, *The Lexus and the Olive Tree* (Nova Iorque, Farrar, Strauss, 1999), p. 86.

30 N. do T.: Thomas Friedman denomina *electronic herd* a massa de operadores invisíveis de títulos e divisas que, do seu computador com um clique do rato, através da internet, movem o seu dinheiro arredor do mundo de uns fundos para outros.

res, agricultores e pequenos comerciantes nom tolerarãm durante muito tempo um modelo de organizaçom econõmica que os submeta a dramáticas flutuaçõs periõdicas das suas condiçõs econõmicas quotidianas. Em suma, a utopia neoliberal de um mundo pacífico e sem fronteiras requer que milhõs de pessoas comuns em todo o mundo tenham a flexibilidade de tolerar –talvez cada cinco ou dez anos – um periõdo prolongado em que devam sobreviver com a metade ou menos do que ganhavam anteriormente. Polanyi acredita que esperar esse tipo de flexibilidade é tam moralmente injusto como profundamente irreal. Para el, é inevitável que a gente se mobilize para se proteger dessas crises econõmicas.

Por outro lado, o recente periõdo de neoliberalismo ascendente assistiu já a amplos protestos em todo o mundo, onde a gente tenta opor-se às perturbaçõs econõmicas da globalizaçom.³¹ À medida que se intensifica a insatisfaçom, a ordem social torna-se mais problemática e cresce o perigo de que os dirigentes políticos procurem desviar o descontento sobre bodes expiatórios internos ou inimigos externos. Assi é como a visom utópica dos neoliberais conduz, nom à paz, mas à intensificaçom dos conflitos. Em muitas partes de África, por exemplo, os efeitos devastadores das políticas de ajustamento estrutural desintegrãrom as sociedades e gerãrom fames e guerras civis. Noutros lugares, o periõdo posterior à Guerra Fria presenciou a emergência de regimes militantemente nacionalistas com intençõs agressivas para com os vizinhos e as suas próprias minorias étnicas.³² Além disso, em cada esquina do mundo, movimentos militantes –amiúde misturados com o fundamentalismo religioso – estãm prontos para aproveitar os embates econõmicos e

31 John Walton e David Seddon, *Free Markets and Food Riots: The Politics of Global Adjustment* (Cambridge, Mass., Blackwell, 1994).

32 Sobre a tese de que numerosos exemplos de perturbaçõs globais podem ser atribuíveis ao regime econõmico internacional, ver Michel Cossudovsky, *The Globalisation of Poverty: Impacts of IFM and World Bank Reforms* (Penang, Malásia, Third World Network, 1997).

sociais da globalização. Se Polanyi tem razão, estes sinais de desordem som presságios de situações ainda mais perigosas no futuro.

Alternativas democráticas

Embora escreveu *A Grande Transformação* durante a Segunda Guerra Mundial, Polanyi mantém-se otimista acerca do futuro; pensava que o ciclo dos conflitos internacionais podia romper-se. O passo decisivo era acabar com a crença de que a vida social se devia subordinar ao mecanismo do mercado. Umha vez livres desta «obsoleta mentalidade de mercado», abria-se o caminho para subordinar tanto as economias nacionais como a economia global a umha política democrática.³³ Polanyi viu no *New Deal* de Roosevelt um modelo destas possibilidades futuras. As reformas de Roosevelt indicavam que a economia dos Estados Unidos continuava a organizar-se em torno dos mercados e da atividade mercantil, mas um novo conjunto de mecanismos de regulamentação permitia agora proteger tanto os seres humanos como a natureza das pressões das forças do mercado.³⁴ Mediante umha política democrática, o povo decidiu livrar os anciaos, por meio da Segurança Social, da necessidade de conseguir umha renda. Igualmente, as políticas democráticas ampliaram os direitos da população trabalhadora para constituir sindicatos eficazes mediante a *National Labor Relations Act*. Polanyi via nestas iniciativas o ponto de partida de um processo em que a sociedade decidiria de forma democrática proteger os indivíduos e a natureza de certos perigos económicos.

A nível global, Polanyi antecipou umha ordem económica internacional com níveis elevados de comércio internacional e

33 «Obsolete Market Mentality» é o título que Polanyi deu a um importante ensaio de 1947, reimpresso em Dalton, *Primitive, Archaic, and Modern Economies*.

34 Na realidade, o *New Deal* pouco fijo por proteger o meio ambiente. No entanto, quando, mais tarde, os ambientalistas ganharam poder político para impor reformas, organismos como a *Environmental Protection Agency* adotaram o modelo regulatório do *New Deal*.

cooperação. Nom apresentou um conjunto de programas, mas deixou claros os princípios:

Nom obstante, com a desaparición do mecanismo automático do padrom-ouro, os governos descobrirám que é possível abandonar os aspetos mais obstrutivos da soberania absoluta: a negativa a colaborar na economia internacional. Ao mesmo tempo, será possível tolerar de bom grado que outras naçons configurem as suas instituições internas conforme as suas inclinaçons, transcendendo assi o pernicioso dogma do século XIX da necessária uniformidade dos regimes internos dentro da órbita da economia mundial.

Por outras palavras, a cooperação entre governos produziria um conjunto de acordos que facilitariam elevados níveis de comércio internacional, mas as sociedades teriam diversos meios para se protegerem das pressões da economia global. Além disso, com o final de um modelo económico único, as naçons em vias de desenvolvimento ampliariam as oportunidades de melhorar o bem-estar das suas populaçons. Esta visom também supom um conjunto de estruturas globais de regulação que poriam limites ao funcionamento das forças do mercado.³⁵

A visom de Polanyi pressupom a extensom do papel do governo, tanto interna como internacionalmente. Desafia a opiniom hoje em voga de que mais governo conduzirá inevitavelmente tanto a maus resultados económicos como a um excessivo controle da vida social por parte do Estado. Para el, é indispensável um papel substancial do governo na gestom das mercadorias fictícias, polo que nom hai nengumha razom para tomar a sério o axioma do mercado liberal de que os governos som ineficazes por definiçom. Mas também refuta explicitamente a afirmaçom de que a expansom do governo adote necessariamente umha

35 Sobre tentativas recentes para concretizar esta visom, ver John Eatwell e Lance Taylor, *Global Finance at Risk: The Case for International Regulation* (Nova Iorque, New Press, 2000).

forma opressiva. Polanyi sustenta, polo contrário, que «o fim da economia de mercado pode ser o início de umha era de liberdade sem precedentes. A liberdade jurídica e efetiva pode ser mais ampla e geral que nunca; a regulação e o controle podem conseguir a liberdade nom só para uns quantos, mas para todos». Mas o conceito de liberdade que esboça transcende a reduçom da injustiça social e económica; também reclama a extensom das liberdades civis, salientando que «numha sociedade estabelecida, o direito à discrepância deve ser protegido institucionalmente. O indivíduo deve ser livre de seguir a sua consciência sem medo dos poderes que tenham ao seu cargo tarefas administrativas nalguns dos campos da vida social».

Polanyi conclui o livro com estas eloquentes palavras: «Enquanto [o ser humano] for fiel à sua tarefa de criar mais liberdade para todos, nom terá por que temer que o poder ou a planificação se voltem contra el e destruam com os seus meios a liberdade que está a construir. Este é o sentido da liberdade numha sociedade complexa; dá-nos toda a certeza que necessitamos».³⁶ O otimismo de Polanyi sobre o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial nom se viu, sem dúvida, justificado polo curso real dos acontecimentos. O advento da Guerra Fria significou que o *New Deal* fosse o final, e nom o início, das reformas nos Estados Unidos. A cooperação económica global planificada deu lugar, de modo relativamente rápido, a novas iniciativas para estender o papel global dos mercados. É certo que as notáveis conquistas dos governos socialdemocratas europeus, em particular na Escandinávia, entre a década de 1940 e a de 1980, oferecem provas concretas de que a visom de Polanyi era tam potente como realista. Mas nos países mais grandes, a visom de Polayni ficou orfa, enquanto os pontos de vista dos liberais de mercado, como Hayek, adquirírom cada vez mais

36 Polanyi considera que umha sociedade complexa requer que o Estado exerça o monopólio da violência: «O poder e a coerçom som parte dessa realidade [da sociedade humana]; um ideal que os exclua da sociedade nom deve ser válido».

força, acabando por triunfar nas décadas de 1980 e 1990.

Sem embargo, agora, quando a Guerra Fria já é história, o otimismo inicial de Polanyi poderia ser finalmente reivindicado. Existe umha alternativa possível ao cenário em que a insustentabilidade do liberalismo de mercado produz crises económicas e conduz ao ressurgimento de regimes autoritários e agressivos. A alternativa é que a gente normal das nações de todo o mundo se comprometa num esforço comum para subordinar a economia a políticas democráticas, e reconstruir a economia global com base na cooperação internacional. De facto, houve sinais claros nos últimos anos da década de 1990 de que esse movimento social transnacional para remodelar a economia global é agora algo mais que umha possibilidade teórica.³⁷ Ativistas, tanto de países desenvolvidos como em vias de desenvolvimento, organizárom combativas manifestações contra as instituições internacionais – a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – que imponhem as regras do neoliberalismo. Grupos de todo o mundo encetárom um intenso diálogo global sobre a reconstrução da ordem financeira mundial.³⁸

Este movimento nascente enfrenta enormes obstáculos; nom será fácil forjar umha aliança duradoura que concilie os interesses, amiúde contraditórios, dos povos do Sul com os do Norte. Além disso, quanto mais exitoso seja o movimento, mais formidáveis serám os desafios estratégicos que terá de enfrentar. Continua a ser altamente incerto que a ordem global poda ser reformada desde a base sem mergulhar a economia mundial nessa espécie de crise que se verifica quando os investidores entram

37 Ver Peter Evans, «Fighting Marginalization with Transnational Networks: Counter-Hegemonic Globalization», *Contemporary Sociology* 29 (janeiro de 2000), pp. 230-241.

38 Para umha perspectiva norte-americana sobre estes debates, e como um guia útil de recursos adicionais, ver Sarah Anderson e John Cavanaugh, com a colaboração de Thea Lee, *Field Guide to the Global Economy* (Nova Iorque, New Press, 2000).

em pânico. No entanto, é de enorme importância que, pela primeira vez na história, a estrutura de governo da economia global se tenha convertido no principal alvo da atividade do movimento social transnacional.

Este movimento transnacional é uma prova da persistente vitalidade e viabilidade da visão de Polanyi. Para ele, o pior defeito do liberalismo de mercado é que subordina os objetivos humanos à lógica de um mecanismo impessoal de mercado. Defende, pelo contrário, que os seres humanos deveriam usar os instrumentos do governo democrático para controlar e orientar a economia a fim de satisfazer as nossas necessidades individuais e coletivas. Polanyi mostra que a incapacidade para assumir este desafio produziu enormes sofrimentos no século passado. A sua profecia para o novo século não poderia ser mais clara.

Fred Block

Posfácio

A Grande Transformação de Karl Polanyi foi publicada em 1944, assim como *O Caminho da Servidão* do seu grande oponente ideológico Friedrich Hayek, mas enquanto esta última, após a sua adaptação para o *Reader's Digest*, e mesmo para a banda desenhada editada pela revista *Look*, se converteu num *best-seller*, a obra de Polanyi só vendeu 1701 exemplares em dois anos. Ignorada pelos teóricos liberais e desdenhada pela ortodoxia marxista, a difusão do livro ficou restringida a círculos marginais do âmbito académico. De facto, não foi traduzido para português até 1980 e para espanhol até 1989. O reconhecimento universal como um dos grandes ensaios do século XX e a crítica mais profunda do liberalismo económico que se tenha escrito, não lhe chegou até a reedição de 2001, preambulada por Joseph Stiglitz e Fred Block, quando o socialismo real era já um monte de escombros e os movimentos emergentes procuravam novos marcos de referência teórica frente ao neoliberalismo. Quase oitenta anos depois da sua publicação, a obra parece recém-escrita. Para Stiglitz é «como se Polanyi estivesse a falar diretamente dos problemas atuais».

A sua tese fulcral é que a ideia de um mercado autorregulado é uma utopia que conduz à destruição da Humanidade e da natureza, antecipando, segundo Block, muitas das teses do ambientalismo contemporâneo. Até o século XIX, a economia estivera *incrustada* na sociedade, isto é, subordinada às relações sociais; a ideia do lucro não se erigira ainda em princípio social e justificação do comportamento humano. Com a Revolução Industrial, a sociedade seria inserida no mecanismo da sua economia para se transformar em sociedade de mercado. A identificação da economia com a sua forma de mercado, que Polanyi denomina a *falácia economicista*,¹ é uma simplificação, válida talvez para o capi-

1 Polanyi, K., *The Livelihood of Man*, edição de Harry W. Pearson, Academic Press, New York, 1977, pp. 5-17.

talismo moderno, onde os mercados cumprem um papel fundamental na formação dos preços, mas não para épocas anteriores. De facto, o mercado nacional foi obra do Estado, que eliminou as barreiras do comércio local nos séculos XV e XVI.

O sistema fabril exigiria que todos os fatores de produção estivessem disponíveis e, portanto, que a terra, o trabalho e o dinheiro se tornassem mercadorias, que Polanyi qualifica de *fictícias* por não estarem destinadas à venda. A sua mercantilização requeria a desarticulação da sociedade tradicional e a introdução de um novo tipo de organização social na qual os seres humanos e a natureza ficassem subordinados à lógica do mercado. Isto provocaria reações espontâneas da sociedade contra as exigências inexequíveis do mercado autorregulado; em geral, eram de ordem prática, embora algumas implicassem interferências nos mercados. Muitas foram promovidas pelos próprios partidários do *laissez-faire*, mas os liberais atribuíam-nas a uma inexistente *conspiração coletivista*, mito que Polanyi desmonta completamente nas páginas que dedica ao nascimento do credo liberal.

Para Polanyi, a história social da Humanidade é o resultado de um duplo movimento: a ampliação do mercado, por um lado, e o *contramovimento* da sociedade que tenta se proteger estabelecendo restrições, pelo outro. Na sua explicação remonta à Lei dos Pobres inglesa, de 1601, que codificou as normas de beneficência que se foram aprovando para paliar as brutais consequências dos *enclosures* e converter a potencial ameaça que representavam as turbas de mendigos – outrora lavradores honrados – numa simples carga fiscal. Em 1662, os pobres foram adscritos às paróquias e não se restabelece a sua mobilidade até 1795, ano em que se instaura o sistema da Speenhamland – um dos temas centrais do livro –, abolido pela Reforma da Lei dos Pobres de 1834, que marca o início do capitalismo.

O interesse de Polanyi por tal sistema deveu-se a que fora utilizado por Mises e Hayek para atacar a experiência socialista da *Viena Vermelha* da década de 1920. O autor culpa a

Speenhamland, junto com as leis anti-associaçoms, de 1799 e 1800, do adiamento da criaçom do mercado livre do trabalho no Reino Unido e, portanto, do retardo na constituiçom dos trabalhadores como classe económic. Nom obstante, considerava que de nom se terem promulgado as leis anti-associaçoms, a Speenhamland «deveria ter produzido o efeito de elevar os salários em vez de baixá-los, como realmente fijo». No seu entender, este episódio nom era assimilável a experiências posteriores como a vienense, em que a classe operária já estava organizada e era capaz de se mobilizar na defesa dos seus interesses.

Enquanto a Lei dos Pobres de 1601 auxiliava *desempregados* e pessoas nom aptas para o trabalho, a Speenhamland tamém concedia um complemento retributivo aos *empregados* cujo salário fosse inferior à renda familiar que lhe correspondia conforme umha tabela indexada ao preço do pam. A concessom desse subsídio, que supunha o reconhecimento do *direito à vida*, ao assegurar umha renda familiar mínima, independentemente do salário que se recebesse, desmotivava os trabalhadores e minguava a sua produtividade, o que, por sua vez, provocava a queda dos salários, mesmo abaixo do nível de subsistência, de forma que a renda mínima garantida acabava por se converter na renda máxima atingível.

O complemento salarial constituía, na prática, um subsídio encoberto aos patrons que lhes permitia baixar os salários. Pagava-se com o *imposto dos pobres*, cujo exagerado crescimento pudo ter influído na reforma da Lei dos Pobres,² ainda que, segundo Polanyi, essa carga fiscal era perfeitamente suportável, e o problema residia no perverso efeito do subsídio sobre a produtividade do trabalho. Por outro lado, nessa altura, as classes proprietárias já esqueceram que o imposto dos pobres «equivale, na realidade, a um seguro contra a revoluçom»

2 Entre 1800 e 1832, as rendas agrícolas cresceram um 25%, enquanto o aumento do «imposto dos pobres» fora do 62%. Besley, T, Coate, S. e Guinnane, T.W., *Incentives, Information, and Welfare: England's New Poor Law and the Workhouse Test*, 2001.

Com o passar do tempo, a análise de Polanyi converteria-se, paradoxalmente, no principal argumento dos liberais para rejeitar qualquer iniciativa de política social. Assi aconteceu com o Programa de Assistência Familiar de Nixon, a reforma da Lei de Conciliação Laboral de Clinton ou o projeto de renda anual garantida de Jean Chretien para o Canadá. Albert O. Hirschman exemplifica na Speenhamland a tese da *perversidade*, umha das retóricas da Reaçom, segundo a qual todos os bem-intencionados esforços dos governos progressistas por remediar um mal acabam piorando-o, do qual, para Milton Friedman, o *salário mínimo* é o paradigma.³

Após umha exaustiva revisom das fontes estatísticas da época, Block e Somers ⁴ oferecem um relato alternativo à interpretação liberal do episódio da Speenhamland para demonstrar que nom pudo ter produzido os efeitos que se lhe atribuem, que só foi umha mais entre as diversas formas de ajuda que se concediam aos pobres e que a sua aplicação nom foi universal nem uniforme; variou ao longo do tempo e nalgumhas paróquias adotou-se depois de se terem denunciado os seus perversos efeitos, o que denota certo ceticismo a respeito dos mesmos.

A produtividade do trabalho nom parece ter diminuído neste período, se nos ativermos à produção de trigo, que nom deixou de crescer tanto polo aumento da superfície cultivada como dos rendimentos. Por outro lado, os salários seguirom, em geral, as flutuações do preço do trigo, e só descêrom nos anos de forte recesso em que se precisavam menos trabalhadores, sem que se observem diferenças significativas entre as paróquias que aplicavam a Speenhamland e as que nom o faziam. Esse sistema permitiu manter a renda familiar, que incluía, ademais dos salários agrícolas, as receitas derivadas do trabalho na indústria

3 Hirschman, Albert O., *The Rhetoric of Reaction Perversity, Futility, Jeopardy*, The Belknap Press of Harvard University Press Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1991, pp. 11-41

4 Block, F. e Somers, M., «In the Shadow of Speenhamland: Social Policy and the Old Poor Law», *Politics Society, Junho*, 2003, pp. 283-286.

doméstica e noutras atividades ocasionais, assi como os produtos da horta e das terras comunais. A renda viu-se afetada tanto pola contração da demanda de mão de obra agrícola como polo declive da indústria doméstica e a recusa dos proprietários a cederem parcelas para o autoconsumo aos trabalhadores, temendo que se tornassem menos dependentes. Segundo Block e Somers, as ajudas nunca se viráram contra os pobres e protegêrom-nos numhas condições difíceis em que a deflação, a mecanização e a deslocalização da indústria para o norte do país eram os fatores determinantes do aumento da pobreza. As ajudas fôrom a resposta à perda de renda familiar e nom a sua causa.

A recessom agrária, que se inicia em Inglaterra após as guerras napoleónicas, deveu-se à queda do preço do trigo, e supujo a falência de muitas fazendas e bancos rurais. Nesse contexto, produziria-se a restauração do valor da libra em relação ao ouro ao nível anterior à guerra, preconizada por David Ricardo. Em opinião de Block e Somers, o esforço realizado para alcançar aquela paridade tivo um forte impacto deflacionário no mundo rural; o governo nom pudo implementar políticas contracíclicas que reativassem a economia, e as restrições monetárias encurtárom a disponibilidade de crédito para os agricultores. A queda dos preços do trigo e as falências bancárias prolongariam-se até 1830, e nesse período as fazendas procurárom reduzir a mão de obra, mecanizando operações como a debulha, que representava um quarto do trabalho anual, o que desencadearia os motins ludistas.

Certamente existia um excesso de mão de obra agrícola que só se podia reduzir através da emigração, mas as políticas ricardianas agravárom a crise em vez de atenuá-la, tal como se deveria ter feito sob a ótica de Polanyi, e acelerárom o êxodo rural. Um século mais tarde, Keynes lembraria este episódio para advertir dos riscos que corria Gram-Bretanha com a restauração da paridade da libra ao nível anterior à Primeira Guerra Mundial. Curiosamente, Polanyi estabelece o mesmo paralelis-

mo entre ambos os períodos de pós-guerra num ensaio intitulado *1820 vs. 1920*.⁵

Para Block e Somers, o mito de Speenhamland foi criado nos anos de recessão agrícola para encobrir o fracasso do governo e da nova ciência da economia política na crise rural, e assim poder persuadir outros países de adotar o livre comércio, o padrom-ouro e a crença na autorregulação dos mercados. Nessa altura, as teses de Townsend, Malthus e Ricardo alcançaram ampla difusão, e a classe dominante tinha assumido o discurso de que a assistência aos pobres estimulava a preguiça e o descontrole da natalidade, e era a causa da miséria num mundo onde estava a crescer o comércio e a riqueza. Culpando a Speenhamland, os liberais britânicos conseguiram ocultar a *perversidade* da sua política monetária e apresentar a crise como um problema de moralidade e umha parábola sobre os perigos da ingerência do governo no mercado.

Segundo Block e Somers, o *Royal Commissioners' Report* de 1834, a principal fonte de informação sobre a Speenhamland utilizada por Polanyi, baseou-se num inquérito desenhado *ad hoc* para justificar a reforma da Lei dos Pobres, sobre a que já existia um amplo consenso num parlamento em que estava presente um importante número de industriais decididos a criar umha força de trabalho disponível, barata e *livre*. De facto, recolheu só os testemunhos dos administradores das paróquias e ignorou os dos recetores das ajudas.

Com a reforma da Lei dos Pobres desaparece o «direito à vida» – incompatível com o sistema de salários porque desativava a ameaça da inanição –, e a assistência aos indigentes passa a ser considerada umha «violação dos direitos do povo» por parte do Estado por liberais como Harriet Martineau, citada por Polanyi. O destino do pobre nom apto para o trabalho será a

5 Keynes, J.M., *Essays on Persuasion*, Macmillan and Co. Limited, London, 1931, pp. 181-296. O ensaio de Polanyi nom foi publicado e conserva-se no arquivo do Karl Polanyi Institute of Political Economy da Concordia University de Montreal, Block, F. e Somers, M., *op. cit.*, p. 321, nota 119.

detestada «prisom sem culpa» da *workhouse*, e o válido tornará-se um operário de livre vontade, isto é, um *desempregado* que, para nom morrer de fome, terá que trabalhar em troca do salário que lhe ofereçam.

Em meados do século XVIII, os salários dos trabalhadores agrícolas já dependiam dos preços e só excecionalmente eram fixados polas autoridades. Embora nengumha lei obrigava a servir os senhores, mantinha-se a hierarquia feudal e os trabalhadores atuavam como se ainda estivessem vinculados aos amos. Polayni encontra umha explicação dessa atitude em Townsend, cuja perspetiva zoológica das relações humanas permite contornar a questom da política e dos fundamentos do governo numha sociedade nom sujeita às leis humanas, mas às inexoráveis leis da natureza que, por serem alheias aos princípios da moral, eximem de toda responsabilidade. Polayni afirma que se nom fosse por Townsend, nem a teoria da seleçom natural de Darwin nem as leis da populaçom de Malthus teriam exercido grande influência. De facto, em 1704, o panfleto de Defoe contra o auxílio aos pobres passara desaperecebido, já que naquel tempo os aspetos morais da riqueza ainda preocupavam. Porém, em 1786, quando Townsend publica a sua *Dissertação*, a moralidade dos negócios já nom tirava o sono aos ricos. Em que momento se produziu a viragem? Polanyi situa-a em torno de 1780, já que em 1776, quando Adam Smith publica *A Riqueza das Naçons*, a assistência aos pobres ainda nom constituía um problema. Só umha década mais tarde apresentará-se como umha questom crucial e continuará a sê-lo durante outro século e meio.

A imprevisom inata dos pobres determina o seu destino, e a fome constitui o instrumento que brinda a natureza para obrigá-los a trabalhar, segundo Townsend: «Se nom fosse o sofrimento e a pobreza, que poderia persuadir as classes baixas do povo a arrostar os horrores que os aguardam nos oceanos tempestuosos ou nos campos de batalha?». A culpabilizaçom dos pobres, como responsáveis únicos da sua sorte, será formulada

por Herbert Spencer um século mais tarde, e perdurará no discurso liberal até aos nossos dias como justificação das desigualdades sociais.⁶

Mas para que os pobres aceitassem o seu inelutável infortúnio, era necessário, em palavras de Harriet Martineau que recorre Polanyi, instruí-los sobre as inexoráveis leis de ferro que governam a economia. Contudo, os pobres poderão usufruir as sobras do banquete dos ricos, igual que os pardais aproveitam a aveia dos cavalos, o que na gíria dos economistas se denomina *trickle-down economics*.

A substituição do *status* pelo *contractus* exigia demolir a organização social existente, baseada em relações nom-contra-tuais, como parentesco, vizinhança, profissão e credo, e impedir a sua reconstrução. Este processo, que conheceram as populações europeias no século XVIII, reproduzirá-se nas colónias, onde os indígenas sofrerão o flagelo da fome nas mãos dos europeus, que os privarão dos seus meios de subsistência e destruirão a organização social que os protegia da inanição. Para Polanyi, as razões pelas quais trabalham os homens estão determinadas culturalmente e, por isso, os devastadores efeitos da colonização são consequência da dissolução das instituições tradicionais mais que da própria exploração económica. Na sua opinião, o pior do liberalismo é que o seu economicismo reduz todas as metas humanas a bens materiais e as subordina à lógica de um mecanismo impessoal como é o mercado.

Uma das grandes contribuições de Polanyi é a de esclarecer a importância da ortodoxia monetária na atuação dos governos atropados na lógica do padrão-ouro, uma invenção extraordinária através do qual cobrou vida o mito do mercado autorregulado. A deflação, único meio para nivelar a drenagem das reservas de ouro dos Estados cujo nível de preços divergia dos internacionais, teria um elevado custo tanto para os traba-

6 Spencer, H., *The Man versus the State*, Liberty Classics, Indianapolis, Indiana, 1981.

lhadores e os agricultores como para os empresários, e conduziria à elevação das tarifas alfandegárias, à expansão colonial e finalmente à Primeira Guerra Mundial. A política monetária esteve no centro do conflito de classes na década de 1930, e foi, segundo Polanyi, uma das causas da ascensão do fascismo. Tal proposição é, porém, discutível, pois a relação causal entre deflação e fascismo, que pode ser clara na Áustria, não é na Alemanha e muito menos na Itália, onde foi o fascismo quem provocou a deflação com a revalorização da *quota novanta* da lira.⁷

Polanyi salienta o papel que jogou a fuga de capitais, um fenómeno até então desconhecido, no derrocamento dos governos liberais de França de 1925 e 1938 e na formação do nazismo, assim como as dificuldades que acarretou a efêmera restauração do padrão-ouro, na década de 1920, para os governos de esquerda. Entre eles sobressai o caso do laborismo inglês que, incapaz de decidir entre a redução das prestações sociais ou a das taxas de câmbio, foi varrido pelos conservadores, que, uma vez no governo, liquidaram a protecção social e abandonaram o padrão-ouro. Até então, nem a perda das liberdades constitucionais nem as restrições de soberania pareceram um sacrifício demasiado grande para recuperar o equilíbrio orçamentário e a solidez da moeda.

Este episódio assemelha-se, de algum modo, à adopção do Euro na UE, que significou a extinção da soberania monetária dos Estados signatários – que já renunciaram às barreiras alfandegárias – e, mais tarde, a reforma das constituições de alguns deles para incluir nos seus textos a obrigatoriedade do equilíbrio orçamentário, e no caso espanhol mesmo a prioridade absoluta do pagamento da dívida. O único recurso que ficou nas mãos dos Estados foi a *devaluación interna*, isto é, a possi-

7 Clar, E., «The gold standard, deflation and fascism in Polanyi's *Great Transformation*. A multidisciplinary analysis», *Itinerari di ricerca storica*, nº 1, 2019, pp. 113-133.

bilidade de reduzir os salários reais mediante a flexibilização do mercado laboral.

O caráter neoliberal da União Europeia evidenciaria-se no caso heleno. Igual que Trasímaco, para quem a justiça não era senão a conveniência do mais forte, a UE impujo a Grécia duras medidas de austeridade, sem ter em conta a vulnerabilidade da população mais desfavorecida, para reembolsar empréstimos concedidos para pagar credores privados (bancos franceses e alemães) que, de acordo com a teoria liberal, deveriam ter assumido o resultado das suas erradas decisões financeiras com a falência. Lembra Polanyi que os primeiros estadistas vitorianos consideravam os investimentos no estrangeiro como empreendimentos arriscados «e as frequentes perdas absolutas sofridas pelos investidores supunham-se amplamente compensadas pelas escandalosas condições dos empréstimos usurários». Para Stiglitz,⁸ a verdadeira disputa era mais sobre o poder e a democracia que sobre a economia; queria-se acabar com um governo incómodo que contestava as políticas comunitárias e que podia servir de exemplo para outros.

Polanyi sustenta também um ponto de vista original sobre o fenómeno fascista, cuja identificação com as tendências da contrarrevolução e do revisionismo nacionalista considera errada, e nega, dada a sua universalidade, que se alicerçasse em qualquer característica nacional, cultural ou religiosa. Para alcançar o poder, o fascismo, utilizou como alavanca as questões nacionais não resolvidas, como em Alemanha e Itália, e o sentimento de sujeição a uma potência estrangeira nalguns países dependentes; noutros, foi antipatriota até a traição, como em Noruega e Holanda. Só acidentalmente, na década de 1920, esteve ligado às tendências nacionais e contrarrevolucionárias.

8 «Joseph Stiglitz también apuesta por el no de Grecia a las propuestas de la UE», *La Vanguardia*, 2 de julho de 2015, <https://www.lavanguardia.com/economia/20150630/54432618135/joseph-stiglitz-no-grecia-ue.html>

O papel do fascismo, no parecer de Polanyi, véu determinado pola situação do sistema de mercado e só emergiu como alternativa após a crise de 1929, quando o confronto entre os capitalistas, que dominavam a economia, e a esquerda, maioritária no parlamento, pujo em perigo a indústria, da qual dependia a subsistência de todos, e levou a um impasse institucional que ameaçou com a paralisia total dos sistemas económico e político. Naquela situação, «O medo dominaria o povo e confiaria-se a liderança a aqueles que ofereciam umha saída fácil, nom importava a que preço». O facto de que as massas abraçassem o fascismo remete-nos para a velha questom da *servidume voluntária* e das razons que levam os homes a combaterem pola sua escravitude acreditando lutarem pola sua salvação, o que desde Étienne de La Boétie constitui o problema fundamental da filosofia política segundo Deleuze e Guattari.⁹ Esta questom voltaria a suscitar-se na década de 1980 com a vitória eleitoral do neoliberalismo. Neste caso, o consentimento político forjaria-se, em opiniom de David Harvey,¹⁰ mediante a manipulação do que Gramsci denomina *sentido comum*, isto é, a conceição do mundo que a maioria assume acriticamente como inquestionável. Embora o potente aparelho institucional e mediático neoliberal tivesse grande influência na formação desse consentimento, o que realmente o alimentou foi a crise dos anos setenta.

Umha questom decorrente da análise de Polanyi é a relação entre liberalismo e nacionalismo. O utopismo liberal prometia um mundo próspero e sem fronteiras onde as únicas guerras seriam as comerciais, que se travariam através da livre concorrência. O padrom-ouro viria, porém, reforçar a importância da nação. Os países nom teriam resistido as bruscas alterações dos

9 Exposto, E., «El problema de la servidumbre voluntaria desde De La Boetie a León Rozitchner», *Reflexiones Marginales*, 34, 2016: <https://reflexionesmarginales.com/blog/2016/07/31/el-problema-de-la-servidumbre-voluntaria-desde-de-la-boetie-a-leon-rozitchner/>

10 Harvey, D., *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford University Press, Oxford, 2005, p. 48.

preços, necessárias para manter a estabilidade dos câmbios, sem o concurso dos bancos centrais, que atuárom como um amortecedor entre a economia interior e a exterior para evitar a destruição do tecido empresarial. Convertêrom-se assi nos bastions de um novo nacionalismo que era o corolário do novo internacionalismo. Ao mesmo tempo que se estendia a fé na interdependência, o nacionalismo liberal tornava-se liberalismo nacional, protecionista e imperialista para o exterior, e conservador e monopolista no interior, isto é, nacional-liberalismo.

Polanyi nom chegou a conhecer o triunfo neoliberal. Escreveu este livro em plena guerra mundial, polo que nom é de estranhar que pensasse que, após tal hecatombe, a sociedade de mercado ficaria superada e emergiria outra forma de organização social em que a economia se acompanharia de mecanismos de regulação, que acreditou vislumbrar nas restrições do *New Deal* às forças do mercado. No entanto, afirma Block na introdução à obra, seriam as conquistas das sociais-democracias europeias, sobretudo das nórdicas, as que evidenciaríam a potencialidade e realismo da visom de Polanyi. Cumpre salientar, porém, que *A Grande Transformação* oferece a análise de um colapso e nom umha proposta programática que permita enquadrar o seu autor para além do socialismo democrático.

John Ruggie,¹¹ em homenagem a Polanyi, denominou *liberalismo incrustado* o sistema económico das três décadas que seguírom à Segunda Guerra Mundial. Define-o como um compromisso entre economia liberal e proteção social que conciliou o livre comércio internacional com as políticas de emprego e bem-estar social. O pacto entre o capital e a força de trabalho permitiu a regulação do mercado e da atividade empresarial, o controle sobre a circulação dos capitais, a nacionalização de setores chave da economia e certo grau de planificação estatal.

11 Ruggie, J.G., «International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order», *International Organization*, Vol. 36, nº 2, International Regimes (Primavera, 1982), pp. 379-415.

O Estado, que Polanyi via como a instituição onde se enfrentam os interesses gerais da sociedade e não como o «comité executivo da burguesia», tornou-se, segundo Harvey, um campo de forças que internalizou as relações de classe e possibilitou a influência real dos sindicatos e da esquerda. Este sistema favoreceu a estabilidade social e propiciou um crescimento económico inédito e uma distribuição mais equitativa da renda.

Harvey situa o fim deste período entre 1978 e 1980, quando foram eleitos Margaret Thatcher e Ronald Reagan, e China inicia a liberalização económica; mas talvez devesse fixar-se entre 1971 –quando Estados Unidos suspende unilateralmente a convertibilidade do dólar e liquida os *Acordos de Bretton Woods*, que fizeram da divisa americana a moeda de referência e principal reserva dos bancos centrais– e 1973, quando os acordos assinados entre Estados Unidos e Arábia Saudita, após a crise petrolífera, impõem a exclusividade do dólar para o pagamento das vendas de petróleo e da banca americana para a reciclagem dos *petrodólares*.

Nessa altura, a financeirização da economia já estava muito avançada, graças às fusões entre corporações, e a globalização começava a abrir-se caminho. De facto, desses anos data a criação do Fórum de Davos (1971), da Comissão Trilateral (1973) e da organização intergovernamental do Grupo dos Sete (1975) que, em certo modo, cumprem as funções da *Haute Finance* no século XIX. Por outro lado, nessa mesma época, os Estados Unidos eliminam as restrições aos movimentos internacionais de capital (1974), desregulam o transporte aéreo e rodoviário (1978) e transferem gratuitamente a universidades e companhias privadas a exploração das patentes resultantes das investigações patrocinadas pelo *Nacional Institute of Health* (1980). Contudo, dois são os acontecimentos que marcam a mudança de ciclo. Um é o golpe militar de 1973 em Chile, que é o primeiro ensaio de um Estado liberal e que recebeu o apoio de Hayek, tão crítico com a suposta deriva totalitária das sociedades-democracias europeias; o outro é a crise fiscal de Nova

Iorque de 1975, provocada pela dívida que gerou o ambicioso programa social do governo local, cuja resolução será umha antecipação da política que seguirá Reagan em escala ampliada.

Dado que as políticas keynesianas, concebidas para atenuarem o desemprego derivado da insuficiência da procura, eram incapazes de conter a estagflação, a receita neoliberal consistirá no controle da oferta monetária e o aumento das taxas de juro, que inicia Jimmy Carter e mantém Reagan. Cumpre lembrar, porém, que alguns bancos centrais europeus, perante o excessivo endividamento, já adotaram medidas de austeridade; no caso do Reino Unido (resgatado pelo FMI em 1975-1976) provocariam a rutura do diálogo social e levariam à debacle eleitoral do trabalhismo e ao triunfo da Thatcher em 1979.

Outras medidas fôrom a redução dos impostos para incentivar a iniciativa empresarial e o consumo, a privatização de empresas públicas e a desregulação da atividade económica para facilitar a flexibilidade concorrencial. A medida mais potente, porém, seria o exorbitante aumento do gasto em defesa, contraditório com a pretensa austeridade neoliberal, que serviu de cínica escusa para as restrições orçamentárias em políticas sociais. John Kenneth Galbraith ironizaria sobre o «keynesianismo involuntário e anónimo» da Administração Reagan, aplicado por «gente que nom entendia Keynes e eram os seus críticos». ¹² A divergência entre o discurso liberal e a sua praxe revela, como indica Polanyi, «o verdadeiro significado do termo *intervencionismo*, com o qual os partidários da economia liberal costumam designar a política oposta à sua».

O déficite orçamental obrigaria à anulação de muitas das isenções fiscais e à emissão de dívida pública; a apreciação do dólar restaria competitividade às exportações americanas e o aumento das taxas de juro atrairia os capitais estrangeiros, o que gerou umha espiral de endividamento externo crescente. Em

12 Wapshott, N., *Keynes Hayek: O Confronto que Definiu a Economia Moderna*, Publicações Dom Quixote, Alfragide, 2012, p. 145.

1980, Estados Unidos era o maior credor mundial; em 1989, quando se retirou Reagan, era o maior devedor.

O resultado global da *revolução conservadora* seria umha combinação de baixo crescimento e aumento das desigualdades. Assi, o 1% da população estadunidense, que constituía a camada mais rica da sociedade e percebia o 16% da Renda Nacional no período pré-bélico, viu como diminuía essa percentagem para menos do 8% no final da Segunda Guerra Mundial, nível em que se manteve durante três décadas até a implementação das políticas neoliberais, quando começou a crescer até alcançar o 15% em 1998 e superar o 20% no período 2010-2015.¹³

Para Harvey, a neoliberalización foi um projeto das elites para recuperar o poder de classe e reconduzir a acumulação de capital eliminando todas as limitações impostas no período pós-bélico. A Esquerda nom soubo formular umha alternativa ao pacto social que tam satisfatoriamente funcionara até 1970, e a opção neoliberal emergiu como a única solução para a crise; a tropicons iria configurando umha ortodoxia que na década de 1990 se plasmaria no que se conhece como *Consenso de Washington*.

As receitas consistirám na redução do gasto público, sobretudo do destinado ao Estado do Bem-estar, a desregulação dos mercados e a livre circulação dos capitais, a privatização do setor público e a reversom dos acordos que regiam as relações laborais. Isto requeria a neutralização dos sindicatos, contra os que se utilizou a força quando se julgou necessário. Nos Estados Unidos, a arma mais poderosa foi a deslocalização das indústrias para zonas com pouca afiliação sindical, ou diretamente para países sem legislação laboral ou com salários mais baixos.

O ulterior triunfo de líderes supostamente progressistas, como Bill Clinton e Tony Blair, nom suporia mudança algumha.

13 Harvey, D., *op. cit.*, p. 16; Piketty, Th., *Capital e ideología*, Editorial Planeta S.A., Barcelona, 2019, p. 503.

Ao contrário, contribuírom para a consolidação do neoliberalismo. De facto, será Clinton quem, para facilitar a constituição do Citigroup, derrogará a *Banking Act* de 1933, que estabelecia a separação entre a banca de depósitos e a de investimento a fim de evitar a especulação e situações como a de 1929. Com essa decisom, criarám-se as condições para a eclosom dos ativos tóxicos e a fraude das hipotecas *sub-prime* que desembocará na crise de 2008, ainda que esta provavelmente se teria desencadeado de todas as formas.¹⁴

No início da globalização pensava-se que nas economias maduras a exportação de serviços, sobretudo financeiros, substituiria a de manufaturas. O desemprego era considerado umha consequência do processo de *destruição criativa* do sistema e, até 1985, nom se abriu nos Estados Unidos o debate sobre a perda de emprego derivada do comércio exterior. Quando se observou que os despedidos nom encontravam trabalho noutras indústrias e que o setor serviços era incapaz de absorver o excedente de maos de obra, o *liberal* Reagan recorreu às tarifas alfandegárias, aos contingentes de importação e à imposição de *acordos voluntários* de restrição das exportações sob a ameaça de demanda por *dumping*. Trump, porém, já nom poderia adotar essas medidas, que o seu eleitorado demandava, porque para as companhias americanas instaladas no estrangeiro e as que vendem produtos de importação a globalização é irreversível. Se o mercado estadunidense é vital para o resto do mundo, e boa parte dos ativos financeiros de *Wall Street* e da dívida pública americana estão em maos estrangeiras, hoje os mercados e os investimentos chineses nom som menos importantes, os petrodólares competem com os petroyuans e qualquer decisom unilateral pode desencadear umha crise de conseqüências catastróficas para o capitalismo global. O sistema de equilíbrio de poder é a única instituição –das quatro em que se alicerçava a

14 Lin, M., «Glass-Steagall Act: Did Its Repeal Cause the Financial Crisis?» em <https://www.toptal.com/finance/investment-banking-freelancer/glass-steagall-act>.

civilização do século XIX, segundo Polanyi— que segue vigente, embora com diferentes protagonistas.

A atual Revolução tecnológica, baseada no desenvolvimento da robotização, das tecnologias da comunicação e da biotecnologia, está a provocar mudanças tam profundas como as da Revolução Industrial. Cada vez se precisa de menos pessoal, mas melhor formado, que é umha das causas da estagnação e da ampliação das diferenças salariais e da precarização das condições laborais. O exército industrial de reserva já nom é necessário, e os desempregados nom encontram trabalho por muito que moderem as suas exigências.

O desenvolvimento tecnológico que permite a redução do tempo necessário de trabalho parece anunciar o ocaso do *homo faber*, mas nom a melhora da qualidade de vida e o nascimento do *homo ludens*. Após tam longo percurso, alcançamos o ponto de partida: a Spenehamland e o «direito à vida». O cidadão da era digital é um sobrevivente igual que o era o camponês dos *enclosures*, mas numha situação mais dramática pola dimensão mundial dos problemas, pola concentração da riqueza e do poder e o aumento da desigualdade, e porque a degradação do meio ambiente parece aproximar-se dos limites da irreversibilidade. A obsolescência atinge a mercadoria fictícia do trabalho em que foi convertido o home sob a ameaça da inanição, e os excluídos polo *moinho satánico* devem assumir plena responsabilidade de si mesmos. A mera existência nom confere direito algum a seguir vivendo —afirma Hayek— e a crença de que todo o mundo deve ser auxiliado é umha ideia socialista que fomenta o parasitismo e incita a quebrantar a lei. A sua oposição a qualquer redistribuição da riqueza estende-se à ajuda humanitária permanente aos países incapazes de alimentar a sua população, que deve autorregular-se de forma natural, como aconteceu sempre, com a morte dos mais débeis.¹⁵ Esse pensamento é o que

15 «Entrevista a F. von Hayek: La fuerza de la libertad», *Revista Realidad*, ano 2, nº 24, Santiago de Chile, 1981.

subjaz às políticas migratórias dos países desenvolvidos, atrás da sua verbosidade humanitária.

O sistema de mercado estende-se tornando mercadoria toda a atividade humana, incluídas muitas das funções do Estado que o liberalismo tenta reduzir ao esqueleto judicial e repressivo. Mas esse processo de mercantilização requer da intervenção desse Estado que também deve ditar as normas que remediem os seus efeitos nocivos. Eis o paradoxo do duplo movimento das sociedades de mercado.

No caso do desemprego, o Estado pode atuar pela via dos subsídios, da reciclagem profissional permanente e da criação de emprego temporal em projetos sem utilidade –em que o desempenho diligente não supõe reconhecimento nem perspectivas de continuidade– ora mediante a concessão dumha renda mínima vital, cuja percepção não sequer obrigue a trabalhar, como exigia a Lei dos Pobres. Em qualquer dos casos, o gasto é tão quantioso que precisa de um elevado grau de consenso, de altruísmo social e de umha ética comunitária que permita a redistribuição da renda, o que está em contradição com o «salve-se quem puder» do malthusianismo neoliberal, do que é boa mostra a sugestão de Hayek de incluir a proibição do princípio da tributação progressiva nas Constituições.¹⁶

Desde a crise de 2008, sucedem-se os discursos em prol da refundação do capitalismo, mas a primeira proposta programática a este respeito é a apresentada pelo Foro de Davos na sua reunião de 2021, denominada *Covid-19: The Great Reset*, na qual se abordam as implicações da pandemia e as medidas a adotar para impedir umha catástrofe planetária. Klaus Schwab, presidente e fundador do foro, não oculta o seu temor do estourido de umha crise social.¹⁷ A desigualdade leva à polarização

16 Piketty, Th., *op. cit.*, pp. 845-846.

17 Gonzalez, A., «Klaus Schwab, fundador del Foro Económico Mundial: Me preocupa el riesgo de estallido de una crisis social», *El País*, 8 de novembro de 2020, <https://elpais.com/economia/2020-11-07/klaus-schwab-fundador-del-foro-economico-mundial-me-preocupa-el-riesgo-de-estallido-de-una-crisis-social.html>

política e torna difícil o governo. O crescimento do desemprego e a redução das oportunidades dos jovens, sobre os que vai recair o peso de umha dívida cada vez maior, supõem umha crise intergeracional. A situação atual é, na sua opinião, similar à do fim da Segunda Guerra Mundial, e precisa-se de um novo contrato social para a Humanidade centrado na justiça e na proteção da natureza. O mercado e o investimento deverão orientar-se para objetivos mais justos, partilhados por todos, e que aproveitem as inovações da Quarta Revolução Industrial num quadro global que apoie o bem público. Esta nova versão de *liberalismo incrustado*, que se diria de inspiração polanyiana, defende o livre mercado, mas submetido às normas de funcionamento ditadas pelos Estados, que também fixarão a direção a seguir pela economia em temas como a descarbonização e a sustentabilidade. Propugna umha fiscalidade que permita umha melhor distribuição da renda e o financiamento da proteção social, que grave as fortunas e nome o capital destinado ao investimento, e que ponha fim à evasão tributária e aos paraísos fiscais. Os empresários, pelo seu lado, como líderes sociais, criadores de riqueza e promotores da inovação, deverão pensar no bem comum e nome só no lucro. Esta proposta, em si mesma, é um avanço que revela umha toma de consciência em parte das elites dirigentes, ainda que sejam inúmeras as incógnitas por dissipar sobre o futuro da globalização ou os riscos de umha crise de pânico dos mercados perante qualquer modificação da ordem mundial.

Para Polanyi, o fim da economia de mercado deveria significar o início de umha era de liberdade sem precedentes, regida pelos ideais da justiça e a Declaração de Direitos Humanos, onde a discrepância estaria protegida institucionalmente. O problema é que os liberais se opõem à planificação por considerá-la contrária à liberdade, que para eles se reduz à propriedade privada e à livre empresa, ainda que a concentração monopolista as tenha convertido em pura ficção. A liberdade, na perspectiva liberal, só significa «liberdade plena para aqueles cuja

renda, lezer e segurança nom precisam ser melhorados, e um pouco de liberdade para o povo, que em vao pode tentar fazer valer os seus direitos democráticos para se proteger do poder dos detentores da propriedade». Esta visom contrasta com a de Hayek, cuja proposta de refunção dos princípios da democracia parlamentar consistia, ainda que nom o explicitasse, num regime censitário em que o poder político recaisse nos proprietários, os únicos que, na sua opiniom, podem legislar de forma responsável, evitando assi os riscos do sufrágio universal.¹⁸

Polanyi pensava que o ser humano, que tomara consciência da sua individualidade e da inevitabilidade da morte, descobriria tamém que a sua existência exigia a primazia da sociedade e a limitação da liberdade própria. Mais convincentes que tais considerações ontológicas seriam os demolidores efeitos das insaciáveis expetativas dos investidores, e hoje, como di Stiglitz no prefácio da obra, já ninguém discute a necessidade de regular os mercados —que na realidade nunca fõrom livres— nem a intervençom dos governos na economia; só a forma de aplicaçom e os limites. A experiência histórica tem demonstrado, como dizia Sukhamoy Chakravarty, parafraseando Francis Bacon, que «O mercado é um excelente servo, mas um péssimo amo».¹⁹ A retórica em favor de todos, quando os resultados só beneficiam umha minoria, já nom é credível, nem que o aumento das desigualdades seja algo transitório, nem que a reduçom do gasto público e dos impostos incentive o crescimento, nem que a curva de Laffer seja algo mais que umha fábula de sobremesa escrevinhada num guardanapo.

Polanyi morreu antes de que Deng Xiaoping desse os primeiros passos na liberalizaçom da economia chinesa e de que se produzisse o colapso da URSS. Portanto, nom chegou a conhe-

18 Piketty, Th., *op. cit.*, pp. 846-847.

19 Citado por Shrawan Kumar Singh, «The State and the Market: The Indian case», *Liberalisation and Globalisation of Indian Economy*, Atlantic Publishers and Distributors, New Delhi, vol, III, p. 104.

cer o fracasso das economias planificadas, a sua ineficiente afeção dos recursos e a sua péssima gestão ambiental, em nenhum caso melhor que a das economias liberais.

Na transição das economias planificadas para o modelo neoliberal pode-se apreciar a importância do ritmo da mudança que, segundo Polanyi, é tão determinante como a direção da mesma. Enquanto a *terapia do shock* aplicada na URSS desmontava abruptamente o seu sistema de proteção social, com uns efeitos desastrosos para as classes desfavorecidas que poderiam ter-se evitado, a via chinesa, embora atroz, foi mais gradual. De facto, não se sumou à OMC até 2001. Cumpre ter em conta, porém, que China contou com algumas vantagens que facilitaram a sua transição para o capitalismo, como as conexões internacionais da sua diáspora empresarial e a reabsorção da ocidentalizada Hong Kong em 1997.

Ainda que Polanyi não foi crítico com a URSS, dadas as circunstâncias bélicas que rodearam a sua construção, parecia duvidar de que se chegassem a pôr em prática as liberdades prometidas. Por outro lado, a sua ideia do socialismo nada tinha a ver com o capitalismo burocrático de Estado em que devêu o chamado *socialismo real*. No capítulo que dedica à História na engrenagem da mudança social, Polanyi define o socialismo como «a tendência inerente a uma civilização industrial a transcender o mercado autorregulado, subordinando-o conscientemente a uma sociedade democrática». Isto significa que o mercado tem um papel a cumprir sob o socialismo, que uma *sociedade com mercado* não tem por que ser uma *sociedade de mercado*. O problema é que o socialismo comporta a rutura com qualquer tentativa de converter o benefício privado na razão da atividade produtiva e que o reconhecimento limitado do direito dos particulares de dispor dos instrumentos de produção dificulta a reforma do capitalismo.

No fundo da questão está o problema da acumulação do capital, e isso conduz a um impasse económico-político que, como na Europa da década de 1930, só tem as duas saídas que

Polanyi explicitava: «A extensom do princípio democrático da política à economia, ou a completa aboliçom da ‘esfera política’ democrática».²⁰ Isto é, ou o Socialismo ou a Barbárie.

Cláudio López Garrido

20 Polanyi, K., «The essence of fascism», em *Christianity and the Social Revolution*, Victor Gollancz Limited, London, 1935, p. 392.

ÍNDICE

Prefácio

Joseph E. Stiglitz.....	9
-------------------------	---

Introdução

Fred Block.....	23
-----------------	----

Agradecimentos do autor	51
--------------------------------------	----

Primeira Parte. O Sistema Internacional	53
--	----

1. A Paz dos Cem Anos	55
-----------------------------	----

2. Os Conservadores Anos Vinte e os Revolucionários Trinta.....	78
---	----

Segunda Parte. Ascensom e Queda da Economia de Mercado	93
---	----

I. O Moinho Satânico	95
-----------------------------------	----

3. «Vivenda versus Melhoras	97
-----------------------------------	----

4. Sociedades e Sistemas Económicos	110
---	-----

5. A Evolução do Modelo de Mercado	127
--	-----

6. O Mercado Autorregulado e as Mercadorias Fictícias: Trabalho, Terra e Dinheiro	143
--	-----

7. Speenhamland, 1795	155
-----------------------------	-----

8. Antecedentes e Conseqüências	167
---------------------------------------	-----

9. Pauperismo e Utopia	190
------------------------------	-----

10. A Economia Política e a Descoberta da Sociedade	201
---	-----

II. A Autoproteção da Sociedade	227
--	-----

11. Home, Natureza e Organização Produtiva	229
--	-----

12. O Nascimento do Credo Liberal	235
---	-----

13. O Nascimento do Credo Liberal (Continuação): Interesse de Classe e Mudança Social	257
--	-----

14. O Mercado e o Home	274
------------------------------	-----

15. O Mercado e a Natureza	294
----------------------------------	-----

16. O Mercado e a Organização Produtiva	312
---	-----

17. Autorregulação Imperfeita.....	323
18. Tensons de Rutura.....	333
Terceira Parte. Transformação em Progresso	347
19. Governo Popular e Economia de Mercado	349
20. A História na Engrenagem da Mudança Social.....	367
21. A Liberdade numa Sociedade Complexa	383
Notas sobre as fontes.....	399
1. O Equilíbrio de Poder como Política, Lei Histórica, Princípio e Sistema.....	401
2. A Paz dos Cem Anos	407
3. A Rutura do Fio de Ouro	411
4. As Oscilações do Pêndulo após a Primeira Guerra Mundial	412
5. Finanças e Paz.....	413
6. Referências Seleccionadas sobre «Sociedades e Sistemas Económicos»	415
7. Referências Seleccionadas sobre «Evolução do Modelo de Mercado»	422
8. Literatura sobre Speenhamland.....	430
9. As Leis dos Pobres e a Organização do Trabalho	435
10. Speenhamland e Viena	451
11. Por que nom o Projeto de Lei de Whitbread?.....	455
12. As «Duas Nações» de Disraeli e o Problema das Raças de Cor	457
Posfácio	
Cláudio López Garrido	465